

SARAH CARIME BRAGA SANTANA

**ENTRE A LIBERDADE E A OPRESSÃO:
AS CHARGES NA REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO MULHER NA BUSCA
PELA IGUALDADE DE DIREITOS**

**CATALÃO (GO)
2019**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

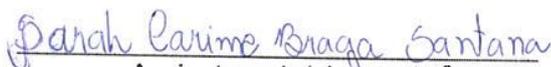
Nome completo do autor: Sarah Carime Braga Santana

Título do trabalho: Entre a liberdade e a opressão: as charges na representação do sujeito mulher na busca pela igualdade de direitos

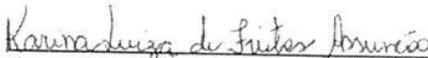
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 15 / 07 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

SARAH CARIME BRAGA SANTANA

ENTRE A LIBERDADE E A OPRESSÃO:
as charges na representação do sujeito mulher na busca pela igualdade de direitos

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Linha de Pesquisa: Discurso, Sujeito e Sociedade.

Orientadora: Professora Dra. Karina Luiza de Freitas

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

CATALÃO (GO)
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santana, Sarah Carime Braga

Entre a liberdade e a opressão [manuscrito]: as charges na representação do sujeito mulher na busca pela igualdade de direitos / Sarah Carime Braga Santana. - 2019.

101 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Karina Luiza de Freitas Assunção.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2019.

Bibliografia. Anexos.

Inclui lista de figuras.

1. Discurso. 2. Charge. 3. Sujeito. 4. Mulher. I. Assunção, Karina Luiza de Freitas, orient. II. Título.

CDU 81



Mestrado e
Doutorado

em Estudos da Linguagem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – MESTRADO E DOUTORADO



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO E DOUTORADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL CATALÃO.

Defesa: nº 113/2019

Às quatorze horas do dia dezenove de junho de dois mil e dezenove, no Laboratório de Pesquisas em Análise do Discurso, Fonética e Fonologia, bloco E, Sala 01, Campus I da UFG – Regional Catalão, reuniu-se a Banca Examinadora designada pela Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos da Linguagem - Mestrado e Doutorado, composta pelos docentes: Profa. Dra. Karina Luiza de Freitas Assunção – [Orientadora], da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC; Prof. Dr. Antônio Fernandes Junior, da Universidade Federal de Goiás – UFG/RC; Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes, da Universidade Federal de Uberlândia – UFG; para proceder à Defesa Pública de Dissertação intitulada “ENTRE A LIBERDADE E A OPRESSÃO: AS CHARGES NA REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO MULHER NA BUSCA PELA IGUALDADE DE DIREITOS.” de autoria da mestranda **Sarah Carime Braga Santana**, matrícula 2017100657. Iniciando os trabalhos, a Presidente da sessão apresentou a Banca e a candidata ao título de Mestre. Em seguida, agradeceu a presença do público e passou a palavra à mestranda para a apresentação do trabalho. A seguir, a Presidente concedeu a palavra aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. A duração da apresentação discente e a arguição dos examinadores aconteceram conforme regulamento do Programa. Ao término da arguição, a Banca Examinadora se reuniu em sessão secreta para atribuir os conceitos finais da Dissertação. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata: aprovada, estando apta a fazer jus ao Título de Mestre em Estudos da Linguagem. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela discente. Regional Catalão, UFG, aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O diploma correspondente será emitido após cumprimento dos demais trâmites, conforme normas do Programa e legislação da Universidade Federal de Goiás, especialmente o Artigo 62 da Resolução CEPEC 1403/2016.

Banca Examinadora:

Parecer:

Karina Luiza de Freitas Assunção
Prof.ª. Dra. Karina Luiza de Freitas Assunção - UFG/RC
(Orientadora)

Aprovado Reprovado

Antônio Fernandes Júnior
Prof. Dr. Antônio Fernandes Assunção - UFG/RC

Aprovado Reprovado

Cleudemar Alves Fernandes
Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes – UFU

Aprovado Reprovado

Discente:

Sarah Carime Braga Santana

Sarah Carime Braga Santana

Observações (se for o caso):

Visto:

Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

SARAH CARIME BRAGA SANTANA

“ENTRE A LIBERDADE E A OPRESSÃO: AS CHARGES NA REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO MULHER NA BUSCA PELA IGUALDADE DE DIREITOS.”

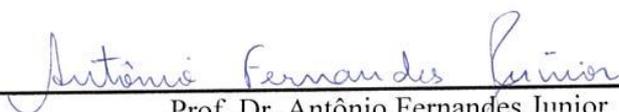
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem, área de concentração: Linguagem, Cultura e Identidade.

Aprovada em 19 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Karina Luiza de Freitas Assunção
Universidade Federal de Goiás – UFG/Regional Catalão



Prof. Dr. Antônio Fernandes Junior
Universidade Federal de Goiás – UFG/Regional Catalão



Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ana Maria Braga Santana e José Edmar Santana, por todo o apoio empenhado a mim durante essa caminhada, as que passaram e as que estão por vir.

À minha irmã, Kamila Braga Santana, que, mesmo que não tão presente no desenvolvimento deste trabalho, significa, para mim, junto com meus pais, meu alicerce e força para sempre prosseguir.

Aos Professores Doutores Antônio Fernandes Junior e Cleudemar Alves Fernandes pela atenta leitura e por todas as contribuições dadas para a construção desta dissertação, tanta na qualificação quanto para a defesa.

À Professora Doutora Karina Luiza de Freitas Assunção por ter aceito orientar este trabalho e por sua contribuição na minha formação acadêmica.

À Alana Rodrigues Dantas por ser tão companheira em todos os momentos, pela amizade, pelo carinho, pelo apoio incondicional, por toda a ajuda na conclusão deste trabalho e por entender todos os momentos difíceis que ocorreram durante a escrita, me dando força e estímulos para não desistir.

Ao Bruno Franceschini e ao Antônio Fernandes Junior por todas as conversas, pelos “puxões de orelha”, pelo incentivo e apoio durante o período do mestrado, tendo contribuído grandiosamente para o encerramento dessa etapa, tanto quanto para minha formação acadêmica quanto para meu crescimento pessoal. Além de serem excelentes professores, totalmente dedicados às suas respectivas pesquisas e às vidas que formam dentro da Universidade. Quero ser como vocês quando eu crescer!

À Jheny Iordany Felipe de Lima, que se tornou uma grande amiga, além de ser uma ótima companheira de viagens, de congressos e de LADFFON, pela amizade, pelos momentos de conversa e de apoio nesses últimos dois anos.

Aos meus grandes amigos, Carolina Rodrigues Guimarães, Marcelo Junior de Souza Honório, Deliorrane de Sousa Barbosa, Mariana Rodrigues Guimarães, Glaucia Ribeiro e Brenno Fernandes Soares, por todas as conversas, cervejas e momentos de distração que além de melhorar os dias que já são bons dão forças para aguentar os ruins.

Aos integrantes do Laboratório de Estudos Foucaultianos (LEF-GO) pelas discussões promovidas durante as reuniões do grupo, e também fora dele, que contribuíram e ainda contribuí muito para meu crescimento acadêmico.

Ao departamento de Letras (UAELL) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG/RC) e à secretária do programa pelo trabalho que desempenham para ajudar os alunos no desempenho de suas atividades.

Aos professores do curso de Letras da UFG-RC e do Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem por toda a contribuição na formação dos alunos e para manter os cursos de pé e sempre bem avaliados.

À CAPES pelo apoio financeiro destinado ao desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

Este estudo objetiva, a partir de pressupostos que fundamentam a Análise do Discurso francesa, (doravante AD) e nos estudos de Michel Foucault, discutir como o sujeito mulher é representado nas charges que têm como temática a mulher conquistando seus direitos. Para tanto, elencamos como objetivos específicos analisar como as relações de poder observadas no discurso chargístico subjetivam esse sujeito mulher que luta para conquistar seus direitos e mostrar como os discursos que emergem nessas charges possibilitam essa construção de subjetividade. As charges nos serviram como materialidade discursiva dos enunciados que disseminam o machismo na sociedade, considerando o momento histórico em que emergem e como a relação história/memória faz com que esses discursos sobre a mulher reverberem e versem sobre a luta das mulheres. Para tanto, esta dissertação visa analisar discursos que tratam da masculinização do sujeito mulher, da inversão dos papéis masculinos e femininos e a inferioridade deste mesmo sujeito a partir de um discurso machista, haja vista que, apesar de as charges selecionadas como *corpus* desta pesquisa tratarem de momentos históricos muito distintos, é possível notar enunciados que remontam essa historicidade tão distinta e que se disseminam de forma contundente, e, com isso, escrever, analisar, e pesquisar esses discursos que, aquém de muitos fatores sociais atuais, continuam sendo utilizados e tomados como discursos verdadeiros. Com isso, este estudo torna-se muito importante como contribuição aos estudos da linguagem e pela possibilidade de reflexão concernente à constituição do sujeito discursivo mulher. Portanto, a charge, com seu caráter crítico-humorístico imediatista, possibilita, à luz da AD francesa, observar tanto as condições de possibilidade que fazem com que um enunciado, que apresenta um discurso machista acerca do sujeito mulher, emergja, quanto como as relações de poder incidem sobre esses corpos, objetivando-os e os constituindo. Há, sem dúvida, vários discursos sociais que agem na prática de um poder disciplinar e na operacionalização de um dispositivo de sexualidade que permeia o sujeito mulher, aplicando sobre esse sujeito, suas regras e leis.

Palavras-chave: Discurso; Charge; Sujeito; Mulher.

ABSTRACT

This study objective, based on the presupposition that basis French Discourse Analysis (hereinafter AD) and in the studies of Michel Foucault, to discuss how the female subject is represented in the cartoons that have as a theme the woman conquering her rights. In order to do so, we set out as specific objectives to analyze how the relations of power observed in the cartoon discourse subjectivity this female subject who struggles to conquer their rights and show how the discourse that emerges in these cartoons enables this construction of subjectivity. The cartoons served as discursive materialism of statements that spread machismo in society, considering the historical moment in which they emerge and how the relationship between history and memory makes these discourses about women reverberate and deal about the struggle of women. In order to do so, this dissertation aims to analyze discourses that deal with the masculinization of the female subject, the inversion of masculine and feminine roles and the inferiority of this same subject from a macho discourse, since, in spite of the fact that the cartoons selected as corpus of this research of very different historical moments, it is possible to note statements that go back to this historicity so different and that disseminate forcefully, and with that, to write, to analyze, and to investigate these discourses that, in addition to many current social factors, are still being used and taken as true discourses. Thereby, this study becomes very important as a contribution to the studies of language and the possibility of reflection concerning the constitution of the female discursive subject. Therefore, the cartoon, with its immediate critical-humoristic character, makes it possible, in the light of the French AD, to observe both the conditions of possibility of discourses that present a macho discourse about the female subject, and how the relations of power affect these bodies, objectifying them and constituting them, there are undoubtedly several social discourses that act in the practice of a disciplinary power and in the operationalization of a device of sexuality that permeates the female subject, applying to this subject, its rules and laws.

Keywords: Discourse; Cartoons; Subject; Woman.

ÍNDICE DE IMAGENS

Charge 1: Reunião das sufragistas.....	58
Charge 2: Se a mulher votar	60
Charge 3: A mulher masculina	64
Charge 4: O desenvolvimento de uma sufragista	66
Charge 5: O movimento feminista.....	68
Charge 6: Se a mulher votar	70
Charge 7: A casa de uma sufragista.....	72
Charge 8: Dia de Eleição	73
Charge 9: Mulheres no mercado de trabalho.....	79
Charge 10: Dia de Limpeza	80
Charge 11: Estruturas Sociais.....	83
Charge 12: Dia das Mulheres	85
Charge 13: Busca pelo emprego.....	86
Charge 14: Linha de Chegada	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: AS CHARGES COMO REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS DISCURSOS	18
1.1 A caricatura	18
1.2 O discurso chargístico	21
1.3 As charges como materialidade de discursos	22
CAPÍTULO II: A PRÁTICA DO DISCURSO	26
2.1 A arqueologia de Foucault como método na análise do discurso	27
2.2 Dispositivos de poder: a relação poder-saber na constituição dos sujeitos.....	30
2.3 Discurso, história e memória: a constituição do sujeito mulher pelos discursos ..	34
2.4 Vontades de verdade: a disseminação dos discursos como verdadeiros	37
CAPÍTULO III: A MULHER NA LUTA PELOS SEUS DIREITOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	40
3.1 O sexo frágil.....	41
3.2 A luta pelo direito ao voto no século XIX	46
3.3 Direito ao trabalho século XX.....	48
3.4 Igualdade de gênero no século XXI	50
CAPÍTULO IV: O DISCURSO MACHISTA NA REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO MULHER NAS CHARGES.....	57
4.1 A masculinização do sujeito mulher	58
4.2 A inversão dos papéis.....	69
4.3 A inferioridade do sujeito discursivo mulher em relação ao homem.....	81
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

A mulher, desde os primórdios da sociedade, vem lutando pela conquista de direitos que o coloque em termos iguais, socialmente, aos homens. Para se ter uma ideia, em 195 D.C. as mulheres já iam às ruas lutar por direitos básicos que já eram garantidos aos homens, ainda no século XVIII as mulheres começaram a exigir seu direito ao voto – que, no Brasil, só foi conquistado pelas mulheres em 1932 – e apenas em 1962 a mulher deixa de ser, legalmente, propriedade do homem (sendo ele pai ou marido).

Pelas várias lutas das mulheres, que aqui serão tomadas como acontecimentos discursivos, e dos discursos que emergem com esses momentos históricos, é possível olhar para essa mulher como sujeito discursivo, uma vez que é por meio dos seus discursos e sobre elas que esse sujeito pode ser objetivado e historicamente constituído, e são os efeitos poder-saber que permeiam esse e outros sujeitos que nos possibilitam olhar analiticamente para sua constituição e mapear a subjetivação desse sujeito discursivo mulher.

Partindo dessa historicidade que perpassa o sujeito mulher, escolhemos como *corpus* desta pesquisa charges com discursos machistas que tenham, em sua temática, a busca da mulher pelos seus direitos. Para a seleção do *corpus* de análise, foram levadas em consideração três lutas das mulheres, sendo a primeira, que ocorre no século XIX e início do século XX, a luta pelo direito ao voto feminino, a segunda, que se estende do século XX até o início do século XXI, baseando-se na luta pelo direito igualitário das mulheres ao trabalho e a outros vários direitos que até então só eram dados aos homens, e, por fim, as lutas no século XXI pelo direito universal à igualdade de gênero. Considerando esses momentos históricos distintos, reservamos o terceiro capítulo deste trabalho para fazer uma contextualização um pouco mais ampla destes movimentos e das condições sociais do sujeito discursivo mulher em cada um deles.

Deste modo, o foco desta pesquisa é, tomando as charges que apresentam enunciados machistas, analisar de que forma os discursos sobre a representação do sujeito mulher em suas lutas objetivam-nas e como estes discursos se disseminam, são ressignificados e reaparecem nas charges escolhidas como *corpus* deste estudo, mesmo com a utilização de charges que fazem a representação do sujeito discursivo mulher em momentos históricos tão diversos.

Portanto, pode-se definir como objeto de análise deste trabalho, que se realizará à luz da Análise do Discurso francesa, discursos que coloquem em foco, tendo em vista os discursos machistas que emergem em charges que tratam desses três momentos distintos – a luta das mulheres pelo direito ao voto, pelo direito ao trabalho em condições de igualdade com os homens e a luta pela igualdade de gênero –, a representação do sujeito discursivo mulher que lutava/luta pela conquista dos seus direitos. Com isso, torna-se importante para esta pesquisa atentarmos-nos às características discursivas do surgimento destes conflitos e de suas principais motivações para que, ainda com o passar de décadas e séculos, continuem emergindo e fazendo cada vez mais parte do cotidiano de todos.

Em consonância ao fato de que, de geração em geração, esses discursos constituem os sujeitos independentemente de serem homens ou mulheres, crianças ou adultos, negros ou brancos, heterossexuais ou homossexuais, ricos ou pobres etc, os discursos que propagam posicionamentos machistas e feministas compõem os sujeitos desde seu nascimento. Esses discursos são constituídos pela dispersão e se fazem presentes através da memória discursiva, que possibilita a sua retomada em outros momentos históricos, com sentidos outros. E, por meio do escopo teórico da Análise do Discurso de linha francesa, ampliaremos as discussões sobre o que possibilitou que tais enunciados surgissem e não outros em seu lugar.

Destarte, esta pesquisa tem como ponto de partida analítico uma das primeiras lutas feministas – mesmo com outros vários movimentos de mulheres que são anteriores ao sufragismo, a luta pelo direito ao voto é considerada, historicamente, como a primeira luta feminista – a luta pelo voto, que, neste texto, não será observada pela sua categoria histórica, mas como acontecimento discursivo que permite a emergência de vários enunciados. Com o surgimento deste movimento, que tinha como principal objetivo o direito ao sufrágio feminino, é possível evidenciar os enunciados usados para defender os seus propósitos tanto quanto os discursos contrários ao sufrágio feminino. Investigando a trajetória destes movimentos, será possível traçarmos uma linha comparativa dos enunciados, definindo a emergência de cada um em dado momento histórico e social.

Sendo assim, torna-se necessário, então, um estudo das condições de possibilidade que dão emergência aos discursos sobre o sujeito mulher, uma vez que os enunciados que permeiam esse sujeito, assim como outros sujeitos, estão ligados à história e é através desta que poderemos, à luz da AD de linha francesa, pensar como os sujeitos constituem-se, por que há a emergência de um enunciado e não de outro e como o aspecto histórico ligado às práticas cultura e à sociedade de uma época pode influenciar gerações e

gerações, mantendo, de tal modo, durante séculos, uma sociedade com preceitos patriarcais. Além de uma maior exploração do tema, para ampliar o conhecimento do assunto e aumentar o número de pesquisas nessa área tão vasta que, apesar da possibilidade de encontrarmos vários estudos que envolvam as lutas feministas e toquem na questão do machismo, cada um destes estudos possui vertentes diferentes o que torna cada vez mais necessária a expansão e exploração dos vários campos para assim aumentar as discussões em âmbitos acadêmicos, sociais, culturais, familiares e outros.

Haja vista que, apesar de momentos históricos muito distintos, ainda encontramos na sociedade enunciados que remontam historicidades diferentes pelos sentidos e que se disseminam de forma contundente, tornando ainda mais especial esta pesquisa, já que, escrever, analisar, e pesquisar esses discursos que, aquém de muitos fatores sociais atuais, continuam sendo utilizados e tomados como discursos verdadeiros atualmente.

Cabe ressaltar que esta pesquisa não tem como premissa discutir questões do movimento feminista, mas partiremos dele, das lutas feministas, para pensar como a história e a memória fazem com que os discursos funcionem de forma a objetivar e subjetivar o sujeito mulher, deste modo, o momento histórico de que a charge trata nos servirá como ponto de partida para a análise dos enunciados. Logo, entendemos a charge como materialidade de discursos possíveis acerca de um sujeito, e levaremos os nossos olhares, a partir disso, a esses discursos e aos sujeitos que falam e que são falados nos enunciados verbais e imagéticos presentes nas charges.

Valer-nos-emos, no desenvolvimento deste trabalho, de estudos como os de Butler (2010), Beauvoir (2016) e Alves e Pitanguy (1991), assim como os de diversos grupos de pesquisa, como PAGU¹ e DIALOGUS², entre outros, que possuem estudos relacionados ao tema desta pesquisa. Cabe, aqui, propormos, ainda, algumas discussões sobre os temas que envolvem misoginia, além do tratamento das questões de gênero, visto que todos esses elementos se relacionam e se entrecruzam quando se trata de temas historicamente relacionados ao feminismo e ao machismo.

Para tanto, utilizaremos enunciados imagéticos e verbais, especificamente presentes em charges, que possuem como uma de suas mais fortes características o fato de retratar situações cotidianas e atuais, a sua elaboração remete aos fatos imediatamente próximos, em uma linha histórica, da situação que enuncia. Essa característica faz com

¹ PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² DIALOGUS – Grupo de pesquisa interdisciplinar em gênero, cultura e trabalho sediado na Universidade Federal de Goiás (UFG) – Regional Catalão.

que seja interessante o estudo das charges por meio do método arqueológico que, ao diferente da charge, inscreve os discursos em uma ordem sócio-histórica.

Tendo como escopo teórico a AD francesa, a presente pesquisa apresenta como objetivo geral discutir como o sujeito mulher é representado nas charges que possuem como temática a mulher conquistando seus direitos. Para melhor estabelecer um recorte, elencamos dois objetivos específicos: a) analisar a relação de poder como meio de objetivação do sujeito discursivo mulher, mapeando, no interior das charges, como essa relação é construída; e b) mostrar como os discursos que emergem nas charges possibilitam a constituição da subjetividade das mulheres que lutam por seus direitos.

Dados os objetivos e para melhor discussão dos temas que serão abordados, estruturaremos esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, trataremos das especificidades das charges e a sua característica de se apresentar como materialidade dos discursos que aqui serão analisados. Já no segundo capítulo, versaremos sobre os discursos, os conceitos de formação discursiva, enunciado e função enunciativa, entre outros necessários para que as análises propostas neste trabalho sejam realizadas por meio do método arqueológico, e, ainda neste segundo capítulo, sob os entendimentos das teorias de Foucault, trataremos das relações entre sujeito e poder, entre discurso, história e memória e acerca das vontades de verdade. No terceiro capítulo, por sua vez, apresentaremos uma breve contextualização história sobre as lutas das mulheres, iniciando pelo sufrágismo, passando pela luta por direito ao trabalho igualitário e a luta por igualdade de gênero. Finalmente, no quarto capítulo, realizaremos a análise do *corpus*, apoiando-nos nos três capítulos anteriores para refletir, por meio das charges elencadas como *corpus* deste trabalho, tanto as formas de representação do sujeito mulher, quanto o modo como as relações poder-saber estão inseridas nos discursos sobre esse sujeito mulher.

Propusemos, então, para esta pesquisa de natureza qualitativa, a coleta de charges – encontradas em sites de busca a partir das palavras-chave “charge + lutas + feministas” – que possuem como temática central a representação machista das mulheres que lutam por seus direitos, e, para uma maior efetivação das análises, optamos por separar os enunciados chargísticos em três séries enunciativas (SE), sendo a masculinização do sujeito mulher nos três momentos históricos aqui abordados (SE1), a inversão dos papéis dados como masculinos e femininos (SE2) e a inferioridade do sujeito discursivo mulher em relação ao homem (SE3).

Para um tratamento efetivamente adequado aos objetivos desta pesquisa, torna-se pertinente breve discussão sobre o sujeito mulher na sociedade, e, para tanto, utilizaremos principalmente os textos de Butler (2010), Beauvoir (2016), Alves e Pitanguy (1991) e Pinto (2010). Cabe, também, aprofundarmo-nos na análise do discurso de linha francesa e os conceitos e definições ligados a sujeito e subjetividade, sem nos esquecermos de tratar das esferas sociais, históricas e culturais que permeiam estes discursos e os efeitos que estes aspectos trazem, e, para isto, utilizaremos os textos de Michel Foucault (1987, 1995, 1996, 1997, 1999, 2003, 2006, 2008). Ainda, neste trabalho, contaremos com leituras complementares que tratem da historiografia brasileira e de questões referentes à misoginia, à cultura patriarcal e demais assuntos que porventura sejam necessários ao andamento desta pesquisa, e, para tal, apoiar-nos-emos nos apontamentos de Perrot (2017) e Rago (2017).

A partir da exposição de conceitos e dos escritos destes autores, tomaremos as charges como objeto analítico para pensar a forma como os discursos renovam-se ou se mantêm historicamente. Deste modo, as charges servirão de escopo para analisarmos como os discursos feminista e machista disseminam-se durante os séculos, a maneira como o machismo e o feminismo são constituídos atualmente e como os discursos de uma e de outra entrelaçam-se e divergem na sociedade contemporânea, em contraponto a outras épocas. Para se chegar a este resultado, procederemos a análise comparativa das charges selecionadas, produzidas com a temática destacada.

No intuito de elucidar a contento as análises discursivas – verbais e não verbais – propostas nesta pesquisa, utilizaremos o método arqueogenalógico, que é, como aduz Bert (2013, p. 180), “um modo de investigação histórica particular que se opõe à antiga prática do comentário e às interpretações psicológicas, privilegiando os conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série e de transformação”, que trata de perscrutar o que possibilita o enunciado, tendo que, como inscreve Foucault (2008), o enunciado é tudo aquilo que foi efetivamente produzido, mas que

Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece - as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. (FOUCAULT, 2008, p. 99)

A partir disso, entende-se que o discurso é uma construção que, além de ser determinada por regras específicas, estando, entre elas, o preceito de estar sempre ligada às condições de possibilidade, esses enunciados que se constituem como formações discursivas são gerados à luz da produção de sujeito e da sua subjetividade e determinam as posições de sujeito que aqui também serão analisadas, levando sempre em consideração as questões sociais e históricas que podem permear estes discursos.

A escolha da temática se dá pela atualidade das questões que aqui serão abordadas, além da emergência do referido tema que, apesar das questões entre machismo e feminismo não serem novas, são intrínsecas à sociedade e necessitam cada vez mais de estudos que os abarquem. Já o tratamento dos três momentos históricos aqui relacionados nos ajuda a entender e analisar a contento a estrutura sócio-histórica presente nos discursos que versam acerca da luta das mulheres pela igualdade de gênero.

Portanto, para a realização do que é proposto neste trabalho, interessa-nos, a partir dos enunciados verbais e imagéticos presentes nas charges que ilustram o discurso machista na representação da mulher que luta pelos seus direitos, discutir como alguns discursos ressurgem com outros sentidos.

CAPÍTULO I

AS CHARGES COMO REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS DISCURSOS

Nesta primeira parte desta dissertação, para analisarmos o histórico da caricatura³ até o estabelecimento do termo charge, é necessário que realizemos uma busca das origens da caricatura, uma vez que é ela que define o que são as charges, seu caráter político e social e o papel que executa. Situaremos, neste Capítulo I, a maneira tratativa das charges no escopo deste trabalho.

Este capítulo contará com três subtítulos, sendo o primeiro destinado a tratar desta historicidade da caricatura ao termo charge, o segundo dizendo respeito, propriamente, às características das charges, e um terceiro para situar as charges juntamente à AD francesa, posto que esta será dada como materialidade dos enunciados que serão analisados mais adiante.

Vale ressaltar, aqui, que a intenção deste capítulo não é aprofundarmo-nos na questão da charge como gênero do discurso, mas tratar de suas principais características e o que a faz ser construída de determinada forma e representar sujeitos também de uma maneira própria e bastante específica. Com isso, o foco desta seção está nos enunciados presentes nas charges e nas condições de possibilidade de emergência destes enunciados a partir das charges e nas charges.

1.1 A caricatura

De acordo com Fonseca (1999), a imagem gráfica surge na Antiguidade, não com a forma e denominação caricatura que conhecemos, mas já apresentando como característica uma “representação irônica dos homens como animais ou em situação ridícula” (FONSECA, 1999, p. 43). O termo caricatura, que se apresenta como resposta à exacerbada ênfase dada ao homem nos períodos históricos do Renascimento e Reforma, “é a designação geral e abrangente para uma forma de arte que se expressa através do desenho, da pintura, da escultura, etc.” (FONSECA, 1999, p. 43). Em virtude da afirmação de Fonseca (1999), utilizaremos a palavra caricatura na sua forma geral e a

³ Fonseca, em seu livro *Caricatura: a imagem gráfica do humor* (1999), afirma que, inicialmente, as caricaturas eram chamadas de imagem gráfica e abarcavam uma enorme gama de desenhos e representações, mas que, com o tempo, foram sendo definidas por características próprias que permitiram desenvolver o que chamamos hoje de caricatura, assim como suas diversas ramificações, que serão nomeadas posteriormente.

charge, que, nesse âmbito, compreende uma das classificações da caricatura, como suporte dos discursos a serem analisados.

Quanto à caricatura, Fonseca (1999, p. 17) afirma que esta

é a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco. É um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou um fato. Na maioria dos casos, uma característica saliente é apanhada ou exagerada. Geralmente a caricatura é produzida tendo em vista a publicação e com destino a um público para quem o modelo original, a pessoa ou acontecimento, é conhecido.

Portanto, a caricatura tem, por característica, o papel de representar de forma crítica um acontecimento e o faz por meio do imagético, já que, apesar da utilização de textos, a maior carga de informações é dada por meio das imagens, e ainda apresenta um caráter paradoxal muito próprio do gênero, uma vez que, como afirma Fonseca (1999), as produções caricaturais usam da deformação dos personagens e do tema abordado para fustigar, mas, ao mesmo tempo, encobre-se de moralismos, caindo, com frequência, no conservadorismo e na discriminação enquanto explora o descontentamento e a inconformidade acerca do tema de que trata.

A caricatura fala para um público o maior possível. Como forma de comunicação social, desenvolveu uma linguagem própria, com um sistema e elementos que compõem essa linguagem. No que diz respeito ao grafismo formal, a atividade caricatural está ligada aos meios e às técnicas que permitem a reprodução em série (FONSECA, 1999, p. 25).

Dessa forma, podemos pensar a caricatura como uma forma de representação grotesca do sujeito ou situação de que se fala, com intenção de fazer crítica e levar ao riso, sendo esta, ainda, criada para estampar jornais e revistas. Mesmo tendo a sua criação em uma época com poucos recursos jornalísticos, a ascensão da caricatura ocorreu com a criação de jornais satíricos ilustrados, já na década de 1930 – nesse ponto, a caricatura chega ao século XIX como uma arte autônoma e encontra, no início do século XX, a imprensa como um grande veículo de expansão. De acordo com Machado (2000), no Brasil, a caricatura aparece apenas em 1837 e também se utiliza da imprensa para ganhar seu espaço, e, numa procura do aprimoramento da arte da caricatura, os artistas nacionais tendem a buscar, por meio da charge, difundir e atingir o maior número de pessoas, justamente pelo fato de que o desenho caricatural exagera em suas formas, caminha ao

lado do grotesco, e a charge, por sua vez, utiliza a crítica a uma situação específica para se fazer vista.

A caricatura, como forma geral e abrangente de uma maneira de tratar a arte que é expressa através do desenho, tem como aspectos de manifestação, de acordo com Fonseca (1999), a charge, o cartum, o desenho de humor, a tira cômica, a história em quadrinhos de humor, o desenho animado e a caricatura propriamente dita, isto é, a caricatura pessoal.

Destarte, a charge diferencia-se das demais manifestações caricaturais uma vez que satiriza um fato específico, um acontecimento, ao passo que o cartum é atemporal e universal e se utiliza mais do humor do que a charge. Já o desenho de humor é concebido sob o prisma humorístico, mas sem ter o riso como principal característica, enquanto as tiras cômicas e os quadrinhos contam com mais elementos e são caracterizados pela narrativa feita de forma sequencial, com vários personagens e contando alguma história. O desenho animado, por sua vez, pode ser entendido como a transformação cinematográfica dos cartuns, por assim dizer, e, finalmente, a caricatura pessoal limita-se a representar, de forma exagerada, as características de uma pessoa.⁴

Enfim, a caricatura pode ser dita como detentora incontestável da arte de ridicularizar aquilo ou aquele que representa, e é destacada pelo papel, de suma importância, de marcar uma época, um momento histórico ou social, no instante que é dada. Apesar de, como afirma Fonseca (1999), ter sido proibida em uma determinada época, justamente por ridicularizar políticos e outras personalidades, a caricatura abrolha como uma forma de arte e uma rica expressão, no sentido plástico. Ademais, ela, em todas as suas manifestações, passa a configurar uma incursão moral, mental e física dos seus caricaturados, tratando de forma incontestável o caráter de uma sociedade em qualquer tempo.

Neste trabalho, o *corpus* será constituído por uma das formas da caricatura, a charge, por isso, nas páginas que se seguem, faremos a tratativa apenas das charges, tomando-as como materialidade discursiva dos enunciados que aqui analisaremos.

⁴ Uma diferenciação mais aprofundada destes elementos pode ser encontrada em Fonseca (1999, p. 26-29).

1.2 O discurso chargístico

Comumente entendida como um discurso que critica um personagem, fato ou acontecimento político específico em um determinado momento histórico, a charge é uma das formas de humor gráfico mais utilizadas atualmente pela mídia. De natureza eminentemente política

a charge acaba sendo uma espécie de editorial gráfico que revela aspectos concretos de uma determinada época histórica. Fortemente associado ao discurso midiático, o humor gráfico presente na charge se dá pelo exagero dos traços e pela síntese dos fatos. Além da imagem do alvo que pretende atingir, a charge explicita uma crítica à realidade social e política, enfocando um flagrante do cotidiano (PILLA; QUADROS, 2009, p. 10)

Ao abordar a importância da charge, Flôres (2002) afirma que ela decorre não só do seu valor como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época e como corrente de comunicação subliminar, que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista e ideologias em circulação. Feldens (2017) afirma que:

A charge é um tipo de cartum cujo objetivo é satirizar, criticar humoristicamente um fato específico, tal como uma ideia, um acontecimento, situação ou pessoa, em geral de caráter político, que seja do conhecimento público. O conhecimento prévio, por parte do leitor, do assunto da charge é, quase sempre, um fator essencial para sua abordagem. Portanto, seu caráter é temporal, pois trata do fato do dia. (FELDENS, 2017, p. 54)

Assim, a charge trabalha com uma linguagem que se compõe, simultaneamente, do desenho (do imagético) e de palavras (enunciados verbais), e, segundo Flôres (2002, p. 14.), é “um texto usualmente publicado em jornais sendo via de regra constituído por quadro único”. Invariavelmente, o chargista transcende o domínio do puramente visual, aliando desenho e texto escrito, sendo que, à charge, é intrínseca a característica fundamental de expressão crítico-humorística de acontecimentos atuais, não externando, portanto, compromisso com uma historicidade do fato – como seu enfoque está no acontecimento imediato – a charge não cobra, fundamentalmente, uma memória dos seus leitores, com isso a charge não faz alusão a acontecimento do passado, mas, sim, do presente.

Comentário político ou sátira dos costumes, a charge é uma narrativa que, como qualquer outra, opera com a seleção e combinação de elementos para criar uma cena, mas uma cena na qual não ocorre um desenrolar sequencial dos episódios. Ao contrário, a imagem, muitas vezes emoldurada por uma grande massa de texto, pressupõe que seu observador complemente a dramatização, supondo um começo e um desfecho temporais que, a rigor, não estão ali desenhados. Dessa operação encarrega-se o leitor, conferindo alguma cronologia a uma percepção necessariamente simultânea da ação traçada (NERY, 2002, s/p).

Esta característica, para este trabalho, ajuda-nos na análise discursiva do acontecimento histórico, uma vez que, não obstante a charge não estar disposta numa historicidade, ela faz uma representação social clara e crítica ao momento que representa, portanto, olhar esse material à luz da análise do discurso de linha francesa nos permite, de forma muito eficaz, observar as relações de poder, o modo como o sujeito discursivo mulher é constituído em momentos históricos distintos e de que maneira esses discursos reverberam e são possíveis de serem ditos em cada um destes momentos.

a charge é um tipo de discurso que se sustenta materialmente na simbiose entre a imagem e a palavra, isto é, as formas de representação que as constituem (a imagem e a palavra), apesar de diferenciadas, trabalham interdiscursivamente saberes de discursos outros que podem ser resgatados efetivamente, num processo peculiar que rompe com a estrutura lógica dos significantes. (MACHADO, 2000, p. 43)

As charges, podemos apontar, podem ser pensadas assim como os enunciados, pois se constituem pelo não dito que ressignifica ou reforça já ditos a partir de acontecimentos ímpares, além de conseguir retratar os costumes, a moral e as ideologias de cada época.

1.3 As charges como materialidade de discursos

Para que se tenha a efetivação de um enunciado como tal, é necessário que haja um suporte, que os dizeres sejam materializados. A partir disso, tomamos as charges como materialidade dos enunciados a serem analisados, uma vez que, como aduz Fernandes (2012), a imagem se inscreve na história, tem um eco, integra uma memória e atesta a produção e o funcionamento de discursos, ao mesmo tempo em que os materializa.

O discurso das charges é direcionado a sujeitos socialmente situados, pois estes precisam ser capazes de compreender, em um âmbito social, o que é proposto. Com o seu caráter temporal, as charges são trabalhadas sempre em volta de temáticas atuais, que se associam ao momento histórico vivido em determinada sociedade.

Dessarte, as charges foram escolhidas como objeto das análises desta pesquisa tendo em vista sua ampla e rápida circulação e por possuir, como uma de suas características, geralmente, uma temática voltada para o cotidiano, além de abordar questões sociais de uma forma crítica, sendo que, para Feldens (2017, p 53), “essas questões focalizam os universos de referência do público, expondo testemunhos, registrando perplexidades, apontando falhas, satirizando pontos de vista”. Portanto,

[...] para compreender a charge é necessário o conhecimento do assunto tratado, das pessoas nela representadas e do contexto, pois ela leva em conta o fato noticiado ao qual se vincula. Assim, é imprescindível que o desenho tenha suficiência de dados, fornecidos pelos detalhes. A caracterização do ambiente, dos personagens, e as marcas simbolizando o tema são suportes necessários à interpretação adequada. São esses os dados explícitos que vão possibilitar a leitura dos implícitos (GHILARDI, 1995/1996, p. 87 apud FELDENS, 2017, p. 56)

Sendo assim, a escolha das charges como objeto deste trabalho se deu tendo como fundamento o seu caráter crítico e o fato de estas apresentarem, como uma de suas principais características, a temporalidade e a sua expressão imediata das situações cotidianas de uma determinada racionalidade histórica.

E é a partir desse caráter crítico e atual das charges que a tomamos como materialidade dos discursos que nos propomos a analisar, tomando-as como acontecimento discursivo, levando em consideração que, nelas, um acontecimento histórico é discursivizado, podendo, assim, ser dado como enunciado efetivamente produzido e passível de observação e análise. Para Foucault (1996), esse acontecimento discursivo

Certamente não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1996, p. 57.)

Com ênfase na dispersão material que deve ser considerada através da discursivização dos acontecimentos históricos, faz-se imperativo considerar a descontinuidade que provém deste e de qualquer material. Ao propormos aqui a análise de charges que tratam de três momentos históricos singulares, para que possamos discutir a forma como estes discursos são ressignificados e disseminados e acabam se “repetindo”, devemos levar em consideração o fato de que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 26) que faz com que os enunciados emerjam, e é a partir dessa descontinuidade que podemos analisar como esses discursos históricos podem ser retomados mesmo em épocas tão diferentes. Quanto à essa descontinuidade, Foucault (1996, p. 58) defende que:

Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis. Tal descontinuidade golpeia e invalida as menores unidades tradicionalmente reconhecidas ou as mais facilmente contestadas: o instante e o sujeito.

Para atender aos objetivos deste trabalho, portanto, mediante pesquisa em sites de busca das palavras-chave “charge + lutas + feministas”, foram selecionadas charges que tivessem como tema central a representação das mulheres que lutavam pelo direito ao voto (final do século XIX e início do século XX), pelo direito ao trabalho em condições iguais aos homens (século XX) e a luta das mulheres pela igualdade total entre os gêneros (século XXI). A partir da seleção das charges dado o momento histórico ao qual pertencem e observando os discursos nelas contidos, estas foram separadas por séries enunciativas, para que, dessa forma, possamos realizar uma análise efetiva levando em consideração os objetivos deste trabalho e para que possamos pensar em como ocorre a disseminação dos discursos identificados nas charges.

A escolha por analisar três momentos históricos distintos, que abarcam um período temporal relativamente extenso, parte da premissa de que o feminismo e o machismo, por estarem presentes na sociedade desde seus primórdios, podem apresentar, desde seus embates iniciais, discursos com certa regularidade e que são recorrentes mesmo tendo decorrido um longo período de tempo. No entanto, o foco deste estudo-análise não é pensar o início destes embates ou esclarecer a maneira como o feminismo estrutura-se como movimento, mas, sim, investigar, no *corpus* desta pesquisa, as regularidades e descontinuidades dos discursos machistas nesses três momentos

históricos e como ocorre, desde o século XIX, a representação das mulheres nas charges selecionadas para compor nosso *corpus*.

Por conseguinte, para que possamos analisar a forma como a mulher é apresentada e de que modo os discursos presentes nas charges são disseminados e ressignificados através de uma memória discursiva, torna-se necessário uma delimitação temporal maior, tendo em vista que os discursos machistas acerca do sujeito mulher em suas lutas não são novidade e se inscrevem na história como forma de representação das mulheres que lutavam por seus direitos.

À vista disso, serão organizadas e analisadas, aqui, três séries enunciativas, sendo elas:

- **SE1:** a masculinização do sujeito mulher nos três momentos históricos abordados;
- **SE2:** A inversão dos papéis masculinos e femininos;
- **SE3:** A inferioridade da mulher como sujeito na sociedade.

Buscamos, portanto, compreender o funcionamento discursivo da charge através do seu caráter crítico/humorístico, enquanto materialidade dos discursos que aqui serão analisados e que estão produzindo efeitos passíveis de serem analisados discursivamente, pensando, ainda, em como e quais as posições os sujeitos podem estar presentes nos enunciados destas charges, quais as condições de possibilidade para que os enunciados emerjam, como o sujeito mulher é representado em cada charge e, a partir daí, tratar de sua objetivação e subjetivação. Para tanto, no próximo capítulo, adentraremos questões que dizem respeito à Análise do Discurso francesa, mais precisamente apoiando-nos nos escritos de Michel Foucault, para que, juntamente com a discussão aqui já iniciada, atinjamos uma análise feita a contento do que aqui é objetivado.

CAPÍTULO II A PRÁTICA DO DISCURSO

O método arqueológico de Foucault (2008), que nasce dos seus estudos na década de 1960, ajuda-nos, neste trabalho, a pensar e discutir acerca das questões discursivas que se apresentam nas charges uma vez que a arqueologia coloca o discurso como foco de análise e nos leva a percebê-lo como fundante dos sujeitos. Para a análise do *corpus* deste trabalho, torna-se imperativo, então, considerar os enunciados, como se dá sua emergência e como as posições sujeito– as mulheres que lutavam/lutam pelos seus direitos – podem ser representadas a partir dos enunciados, e, por este motivo, o método arqueológico faz-se necessário para que esta investigação seja efetiva.

A arqueologia de Foucault, então, auxilia-nos no confronto desses discursos com as questões sociais e históricas dos sujeitos que possibilitam que os discursos presentes nas charges que compõem nosso *corpus* sejam possíveis. A partir disso e, pensando nas séries enunciativas que constituem o material de análise deste trabalho, trataremos também do método genealógico, que procura abordar os objetos a partir de uma análise histórica das relações e práticas de poder, com isso, colocaremos em foco o poder disciplinar e o dispositivo de sexualidade que regem uma sociedade e que possibilitam que discursos se disseminem e sejam validados, em épocas diferentes, como verdadeiros, tratando, também da objetivação dos corpos.

Utilizaremos, assim, o método arqueológico para discutir as charges como materialidade de um discurso, considerando que esta se dá por meio de acontecimentos discursivos e, por isso, está ligada à história e aos sujeitos que enunciam a partir dela. Sendo assim, os enunciados presentes nas charges foram selecionados a partir da temática *o discurso machista acerca das mulheres que lutam pelos seus direitos*, e, para a efetivação da análise, encontram-se separados nas três séries enunciativas citadas no capítulo anterior.

Ainda, faremos uso do método genealógico para a construção das análises, tratando, assim, a maneira como as relações e práticas de poder podem ser observadas no *corpus* deste trabalho, como o sujeito discursivo mulher é objetivado através destes enunciados e como os jogos de poder tornam-se visíveis por meio de determinado acontecimento discursivo.

2.1 A arqueologia de Foucault como método na análise do discurso

Para Foucault, o papel da arqueologia é descrever os discursos em suas práticas e observar, para efeitos de análise, o já dito em sua existência como acontecimento discursivo. Dessa forma, em *Arqueologia do Saber* (2008), o referido autor, a partir das noções de arquivo, enunciado e formação discursiva, descreve como é possível construir um determinado saber científico à luz de um método que prioriza uma historicidade descontínua, mas totalmente capaz de, mediante esse trabalho arqueológico, investigar e determinar os costumes e as práticas de um determinado povo em uma época específica.

Foucault (2008), nos seus estudos arqueológicos, toma como objeto o discurso para entender a constituição dos sujeitos, sendo que os sentidos que emergem do discurso são constituídos além da materialidade linguística, ou seja,

O discurso é exterior à língua, mas depende dela para sua possibilidade de existência material, ou seja, o discurso materializa-se em forma de texto, de imagens, sob determinações históricas. As condições de produção do discurso [...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social, e as escolhas lexicais e/ou imagéticas e seu uso revelam os posicionamentos dos sujeitos. (FERNANDES, 2012, p. 16)

A noção de discurso é um objeto de grande reflexão no pensamento foucaultiano. É a partir dos estudos sobre os discursos que o autor vem esclarecer que a história determina o que é produzido como discurso, através dos acontecimentos discursivos. Esses discursos, por sua vez, são fundantes dos sujeitos, é por meio deles, através dos aspectos históricos e sociais que os permeiam, que ocorre a objetivação e a subjetivação dos sujeitos. Fundamentados na discursivização dos acontecimentos históricos e na sua dispersão é que podemos dar a dimensão das singularidades dos enunciados produzidos, uma vez que todos os discursos são pensados através dos processos histórico-sociais que os constituem.

Com a efetivação dos enunciados machistas acerca do sujeito discursivo mulher, atentar-nos-emos para a constituição das formações discursivas, posto que Foucault (2008, p. 43) afirma que:

No caso que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Desse modo, os discursos são inscritos e organizados dentro das formações discursivas que revelam a linearidade entre eles e que também se atravessam e se contradizem viabilizando a produção de novos discursos.

Por fim, sobre o enunciado, Foucault (2008) conclui que:

Trata-se de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem [...] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2008, p. 98)

Em vista disso, os discursos sobre o sujeito mulher são formados por inúmeros enunciados e esses enunciados estão condicionados às formações discursivas. Para Foucault (2008, p. 132), “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto e uma preposição a um conjunto dedutivo”, portanto, os discursos podem ser descritos como um agrupamento de enunciados que se inserem na mesma formação discursiva, já essa funciona como um elo entre discurso e prática e está ligada a questões históricas e sociais inerentes ao sujeito.

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais. (FOUCAULT, 2008, p. 83)

Vale ressaltar que, de acordo com Fernandes (2012, p. 20), analisar o discurso “implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem”, devendo, assim, ser considerada toda e qualquer ideologia social ou histórica em que estes discursos possam se inserir.

É preciso, conseqüentemente, para constituir uma história arqueológica do discurso, abandonarmos todos os modelos lineares de análise, como o ato de fala, e aqueles que inscrevem os acontecimentos como sucessivos e os colocam em uma

suspensão, dado que Foucault (2008, p. 191) considera que “as formações discursivas não têm o mesmo modelo de historicidade que o curso da consciência ou a linearidade da linguagem”. E esse se torna, então, o ponto de partida para este trabalho, uma vez que, consoante o método arqueológico, interessa-nos pensar na descontinuidade e não na linearidade dos acontecimentos, tomando, assim, os documentos como monumentos e os mostrando como acontecimentos discursivos, em que cada um se inscreve em um momento histórico distinto e, por isso, suas condições de possibilidade, a emergência dos enunciados e as posições sujeito são moventes e determinadas pelo que está dado – o enunciado.

Textualmente o enunciado não é definido por elementos de linguagem em nível gramatical, não é equivalente ao ato de fala nem a uma preposição, o enunciado implica uma posição sujeito, inscreve-se na história – o que na história faz o enunciado ser possível? –, correlaciona-se a outros enunciados, tornando-se um nó na rede, e tem um campo associado, que se configura como temática dentro de uma formação discursiva específica, tem uma função enunciativa, funcionando, assim, como elemento de discursos. Portanto, fazer uma análise arqueológica é descrever o arquivo, sendo que este se constitui de um conjunto de enunciados.

Ainda sobre os enunciados, cabe ressaltar que não basta apenas enunciar uma formulação (frase), já que, para que esta seja entendida efetivamente como enunciado, necessita de uma existência material. O enunciado em si é uma função vazia e existe apenas em relação com um momento histórico para ser tratado como acontecimento discursivo, com enunciados anteriores, sendo tomado como um já dito que, na sua exterioridade e na relação com o momento histórico, torna-se único e irrepetível, com aquele que enuncia, que exerce uma posição sujeito, com saberes vigentes, e deve sempre ser tratado na ordem da descontinuidade.

Os enunciados podem ser descritos como um já dito que não é repetível, mas que pode ser retomado, passando ou não a ter outro sentido, uma vez que, para Foucault (2008, p. 124), “a análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito”, mas mantém relação com as condições de possibilidade que permitem sua emergência sem abandonar os rastros que possam ter deixado e que permanecem para uma reutilização que, por meio dessas condições de possibilidade, definem o fato de ter aparecido um enunciado e não outro, em seu lugar.

A partir disso, elencamos, aqui, três momentos históricos distintos, sendo tais as lutas das mulheres pelo voto, pelo direito ao trabalho e pela igualdade de gênero, e, pautando-nos nestes acontecimentos discursivos, e considerando que há repetição dos enunciados, poderemos refletir acerca dos sentidos, das posições sujeito e de como os enunciados, imagéticos e verbais, que nos servirão como *corpus* têm seu sentido retomado em momentos históricos diversos.

2.2 Dispositivos de poder: a relação poder-saber na constituição dos sujeitos

Foucault, a partir dos anos 1970, desloca o método arqueológico e volta seus estudos para um método histórico de análise das relações de poder, que retira do discurso o foco e o coloca para o sujeito, que se constitui socialmente através das relações de poder-saber e pelas práticas de resistência. A genealogia, assim como a arqueologia, não tem como foco ou preocupação *a priori* a origem das coisas, fatos ou acontecimentos, mas trata as ocorrências como singulares e descontínuas, contudo sempre situadas em uma historicidade, que é o que permite, além de olhar o objeto com precisão, determinar as condições de possibilidade dos enunciados e os efeitos de sentidos.

De toda forma, a genealogia não retira o sujeito do foco, mas emprega a ele papel fundamental nas relações e práticas de poder; estas, por sua vez, efetivam-se através dos discursos, logo, como aduz Foucault (2006), não há discurso sem sujeito e este é constituído pelo discurso, pois se trata de um sujeito histórico e social. Ainda nessa perspectiva, as práticas discursivas são regidas por regras que delimitam aos sujeitos de uma dada formação discursiva o que é permitido ou não dizere.

Na Análise do Discurso francesa, o sujeito sobre o qual se discute não se trata de indivíduo – uma pessoa na sua individualidade –, mas, sim, de um sujeito discursivo, um ser apreendido em um espaço social e histórico, uma função estabelecida pelo discurso na sua historicidade.

O sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um ‘eu’ individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. (FERNANDES, 2008, p. 24)

Os discursos historicamente produzidos são responsáveis pela constituição dos sujeitos, que, assim como o discurso, estão em constante produção. Para Foucault,

segundo Fernandes (2008), o discurso é uma categoria fundante do sujeito. Dessa forma, trata-se de uma função estabelecida pela história e pelo discurso vigente, pois o sujeito não é compreendido como um ser individualizado, com uma existência particular no mundo, mas refere-se a um sujeito compreendido em uma “conjuntura sócio-histórico-ideológica que, ao perpassar o sujeito, o constitui através das várias vozes sociais” (FERNANDES, 2008, p. 26)

Esse sujeito discursivo ao qual se refere Fernandes (2008) carrega, no corpo social, outras vozes que constituem o meio social em que vive e revelam o lugar de onde fala. Por meio disso, temos que as práticas discursivas inserem-se nas práticas sociais, assim como as práticas sociais estão intrinsecamente ligadas a como as práticas discursivas efetivam-se, envolvendo, portanto, as relações de poder-saber, uma vez que ambas as práticas estão presentes durante toda a história dos sujeitos e em todas as relações sociais que existem, não podendo ser dissociadas de nenhuma forma. Logo, o sujeito não se trata de uma constituição inata, mas de uma junção de elementos ideológicos, práticas discursivas e contexto sócio-histórico que possibilita sua constituição.

A diferenciação dos papéis sociais dos sujeitos mulher e homem mascara as relações de poder existentes entre estes dois gêneros. Posto que não haja uma determinação de superioridade de um sobre outro, mas sim uma relação social que acaba por determinar um sujeito como superior ao outro, o que rege essa relação hierárquica em que o homem exerce posição de mando liga-se puramente à relação de poder institucionalizada e presente em todas as civilizações: a cultura patriarcal.

Esse “patriarcalismo” que regia as sociedades, contemporâneas ou não, pode ser aqui definido como

uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência. (BARRETO, 2004, p. 64)

Diante disso, é posto que, além de se inserirem nas práticas discursivas, as práticas sociais são, como já mencionado, fundamentais em se tratando das relações de poder e todas as questões histórico-sociais que podem ser abarcadas por elas.

Socialmente há uma hierarquização que diferencia homens de mulheres, no entanto, para que possamos analisar o *corpus* deste trabalho à luz da análise do discurso de linha francesa e, principalmente, sob os pressupostos foucaultianos, é necessário entender que a partir do momento em que se objetiva tratar de sujeitos discursivamente produzidos, as questões totalmente sociais e que consideram apenas os indivíduos devem ser deixadas de lado e observadas através das relações de poder-saber, que são indistintamente concernentes a todos os sujeitos que vivem em uma sociedade.

Porém, os aspectos sociais e históricos devem ser levados em conta a partir do momento em que se tornam um acontecimento discursivo, fazendo, assim, com que os indivíduos, perpassados pelos discursos produzidos em determinado momento histórico, possam ser objetivados e constituídos como sujeitos do discurso.

Para Foucault (1997), não há uma teoria do poder, mas uma analítica do poder, que é constituída por um conjunto disperso de regras para o tratamento das relações de poder. Contudo, o que se pode afirmar acerca das relações de poder é que estas são inerentes aos sujeitos, que cada relação social guarda, em si uma possível relação de poder e que elas se inserem em uma rede de micro poderes, deslocando o poder centralizado pelo Estado, trazendo uma carga positiva para estas relações, visto que, antes da tratativa de Foucault sobre o poder, este era visto como negativo e monopolizado pelo Estado. Portanto,

Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. (FOUCAULT, 1997, p. 102)

Através das práticas discursivas, as relações poder/saber integram-se a todas as camadas sociais, objetivando e subjetivando os sujeitos que delas fazem parte. O Estado não perde sua importância, mas os sujeitos passam, também, a exercer as relações de poder de maneira ascendente e não mais de cima para baixo, como no modelo monopolizado pelo Estado.

Sendo assim, as relações de poder, que podem ser observadas a partir dos discursos sobre o sujeito mulher que definem os lugares que esse sujeito discursivo pode ou não ocupar, são, para Fernandes (2012, p. 28)

preenchidas politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História. [...] Novas direções políticas e ideológicas, resultam no surgimento de um novo cenário sociocultural, são aspectos inerentes à formação de novos discursos.

O modelo de sociedade em que vivemos, além de patriarcal e disciplinar, reforça as relações de poder. Para Alves e Pitanguy (1991, p. 53), em consonância com Kate Millett (1970) “o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação prevalente em todas as culturas, e que penetra as religiões, leis, costumes de todas as civilizações”.

O *masculino* e o *feminino* são criações culturais, e como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homem e mulher e a aceitar como *naturais* as relações de poder entre os sexos. (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 55, grifo do autor)

Dessa forma, para Fernandes (2012, p. 62), “o poder disciplinar visa a conduzir a conduta dos sujeitos; intervém, ou procura intervir, em todas as ações do sujeito, [...] não deixando escapar nem um gesto, nem um instante, antes mesmo que a ação se realize”. Essas relações de poder “[...] abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência” (FOUCAULT, 2003, p. 232).

Apesar de não haver uma explicação de quando o homem é dado como superior na hierarquia dos gêneros, é imperativo lembrar que não nos importa quando surgiu, ou quem foi o fundante dessa relação, mas pensar que ela se inscreve nas relações de poder-saber uma vez que se utiliza do saber biológico acerca de certas características físicas da mulher para pautar e sustentar um dispositivo de sexualidade que abarca o sexo para definir a relação de poder existente entre os gêneros. Cabe lembrar que esta relação de poder não é fixa, mas se move e está sempre ligada às práticas de resistência. Quanto aos dispositivos, Foucault (1997) salienta que

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1997, p. 139)

Ademais, os dispositivos, de acordo com Prado Filho (2019, s/p), funcionam de forma a “produzir corpos e a identificação de indivíduos”, e, por isso, estão sempre alinhados, funcionando de forma conjunta com dispositivos de normalização. Tais dispositivos, portanto, atuam na normalização e normatização dos corpos dentro das relações de poder, funcionando, ainda, como um conjunto movente que envolve jogos singulares entre práticas de poder e saber.

Tais conjuntos são, conforme sua descrição, compostos por linhas de visibilidade e enunciação, envolvendo regimes de luz e de produção de verdades, além de jogos entre visível x invisível, visível x dizível, correspondendo à dimensão de saber dos dispositivos; eles apresentam também uma dimensão de poder, composta por linhas de força agindo como vetores que os atravessam; são ainda dotados de linhas de objetivação e subjetivação, implicando práticas produtoras de subjetividades e sujeitos, além de apresentarem linhas de ruptura e fratura que se entrecruzam em constante movimento de mutação, renovação e atualização. (PRADO FILHO, 2013, p. 50)

Assente na descrição do dispositivo, o *corpus* desta pesquisa será analisado considerando os dispositivos disciplinares, pensando que um dispositivo é uma forma estratégica de atender à determinada urgência histórica. O dispositivo de sexualidade é investigado por Foucault (1999) a partir do século XVIII, que, juntamente com a prática de um poder disciplinar, constitui uma estratégia que tem por finalidade o exercício do poder que disciplina os corpos, com intuito de torna-los úteis e dóceis, o que permite um controle do corpo, produzindo, assim, corpos submissos que têm sua força aumentada na relação econômica para que seja produtivo conforme o que lhe é exigido –, mas diminuída em termos políticos e que cumpra as regras já determinadas e opera sob uma verdade dada.

2.3 Discurso, história e memória: a constituição do sujeito mulher pelos discursos

Atrelada aos acertos sobre a história, a noção de memória discursiva é também problematizada por Foucault. Na análise do discurso, a memória discursiva diz respeito ao ressurgimento de discursos, produzidos e proferidos em diferentes momentos

históricos, mas que trazem consigo sentidos outros. Nessa perspectiva, é interessante salientar a margem que um enunciado dá a outro, isto é, assim como o discurso, no sentido da memória, os enunciados produzem ou atualizam outros enunciados já ditos, admitindo (res)significações. Considerando, então, a multiplicidade dos sentidos, a estruturação do discurso vai constituir a materialidade de uma certa memória social.

A disseminação dos discursos machistas se dá através de uma sociedade patriarcal, em que, por meio dos vários saberes que são construídos discursivamente dentro das relações de poder, socialmente caberia às mulheres o espaço privado, o lar, a maternidade, a incumbência da criação e educação dos filhos, a “fragilidade do sexo”, e ao homem o espaço público, prover o alimento da família através do trabalho e decidir os rumos da humanidade. Muito mais do que um costume social, esses fatores reverberam nas relações de poder, uma vez que o sujeito discursivo homem, no exercício do poder, assume uma posição sujeito machista, tendo a mulher como quem o serve, e a esta resta a resistência. De modo geral, as relações de poder estão presentes em qualquer sociedade e nelas

existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade [...] (FOUCAULT, 1997, p. 101)

Há, nos enunciados presentes nas charges selecionadas como *corpus* neste trabalho, discursos que integram as relações de poder e se disseminam através de uma memória discursiva, conforme Orlandi (2005, p. 31) aponta, “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada de palavra”, é o que chamamos memória discursiva. Esta memória discursiva é dada a partir dos discursos que surgem nas primeiras civilizações acerca do sujeito mulher. Estes discursos determinam como a sociedade deve ser dividida e se perpetuam pelos séculos como forma de manter essa hierarquia.

Essa enunciação deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso. Entre outras consequências desta concepção, levaremos em conta o fato de que um texto trabalhado através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias

e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. (ACHARD, 1999, p. 17)

Ao tratarmos das repetições dos discursos, pensa-se na forma como, apesar do momento histórico ser diferente e estes enunciados pertencerem a épocas diferentes, há uma repetição no sentido arrolado através das charges. A temporalidade que poderia encadear-se através desses discursos é tratada não em um tempo cronológico, mas como descontinuidade ao ponto que recorre às memórias discursivas. A respeito dessa descontinuidade histórica, Sargentini (2004, p. 121) salienta que

Essa possibilidade que a memória tem de emergir em determinados momentos caracteriza a descontinuidade entre o discurso e a história. A identidade vai, pois, sendo construída a partir da memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que em cada emergência há a produção de um novo sentido, nunca o mesmo.

A partir disso, entendemos que o discurso é uma construção que, além de ser determinada por regras específicas, estando entre elas a regra de estar sempre ligada ao contexto de produção, esses enunciados que se constituem como formações discursivas são gerados à luz da produção de sujeito e da sua subjetividade e determinam as posições de sujeito que aqui também serão analisadas, levando sempre em consideração as questões sociais e históricas que podem permear estes discursos.

Esta memória discursiva é dada a partir dos discursos que surgem nas primeiras civilizações sobre o ser mulher, discursos esses que se apoiam nos saberes biológicos, discursivamente construídos, acerca da inferioridade feminina, porém esse aspecto não garante um mesmo sentido a todos os enunciados machistas que se pode elencar. Com a mudança dos séculos e dos anos há, com certeza, uma ressignificação destes discursos, já que, de fato, há uma grande mudança em relação aos direitos das mulheres, quanto à vida em sociedade e no lar, de 195 D.C. ao século XXI. Se o momento histórico é diferente, há a necessidade de os discursos também se modificarem, no entanto, a premissa presente nos discursos machistas – que serão analisados como *corpus* – de que a mulher ainda deve ao homem submissão e de que seu lugar sempre será de inferioridade na relação dos gêneros é permanente (a premissa passa por uma ressignificação, contudo, esta não modifica a forma como sua representação é feita nas charges).

O discurso machista, que se instaurou na sociedade há séculos através das relações de poder, vem sendo disseminado e reforçado na sociedade atual. Não há forma de apontar em que ponto instaurou-se que o homem viria a ser superior à mulher, e este

aspecto não se configura como foco deste trabalho, entretanto o que vemos é que esse discurso ganhou força e se firmou também como forma de estruturar a relação de poder presente entre os gêneros e é essa relação de poder que pode ser observada em acontecimentos discursivos distintos, ponto de partida para a análise das charges que trabalham uma representação da mulher que lutava pelos seus direitos e que aqui nos servirão como material de análise.

De fato, justifica-se mais facilmente a manutenção da sociedade patriarcal por meio das relações de poder existentes nessa conjuntura que por saberes ligados à biologia ou quaisquer outros. A sociedade patriarcal designa a maneira como não só a mulher, mas todos devem se comportar em sociedade, a partir disso, temos que os enunciados presentes, mesmo desde séculos, ressignificam-se. As mulheres não vão às ruas lutar pelo direito de usar o transporte público, como em 195 D.C, elas também já podem trabalhar livremente e conquistaram outros vários direitos que antes eram negados a elas, mesmo assim, o discurso machista está presente na sociedade, quer seja no fato de a mulher ainda assumir toda (ou a maior parte) dos afazeres domésticos, quer seja pelo fato ter um salário menor que o do homem apenas pela condição de ser mulher, o que acaba colocando o homem, novamente, como quem dá o sustento ao lar, ou outras inúmeras formas de reafirmar a inferioridade feminina em detrimento da masculina. Todas essas formas reverberam nas relações entre os gêneros, e se fazem presentes constantemente na sociedade, são discursos passados de geração em geração e constituem a relação discurso, história e memória, que trataremos durante a análise do *corpus* desta pesquisa.

2.4 Vontades de verdade: a disseminação dos discursos como verdadeiros

A forma como o sujeito discursivo homem se impõe sobre o sujeito discursivo mulher a partir das relações de poder estabelecidas entre estes dois sujeitos e como essa narrativa é posta, há anos, como verdade, faz com que esse discurso machista seja, mesmo que em sua ressignificação, visto como verdadeiro na relação dos gêneros, impondo relações de poder não só à estrutura familiar, mas à sociedade como um todo, uma vez que esta elenca papéis diferentes a homens e mulheres e apresenta estes padrões, que definem qual o papel de cada gênero na sociedade, como os que devem ser seguidos em qualquer tipo de relação.

Como mencionado previamente, as sociedades contemporâneas são regidas por um sistema patriarcal e por séculos o reforçam de uma forma quase imutável, mesmo

havendo uma forte luta das mulheres para uma descentralização da sociedade, percebe-se que o sujeito mulher se encontra preso à história social e também atrelados à relação de poder existente que constitui os sujeitos homem e mulher, com isso, esse discurso ganha sempre motivações para se manter, atentando-nos para o fato de que

[...] não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme as circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que *se dizem* no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 1996, p. 21-22, grifos do autor)

Os discursos machistas acabam sendo construídos historicamente e culturalmente por uma sociedade patriarcal e, através da enunciação desses dizeres, temos a formulação de “discursos verdadeiros”, que são apoiados pelo saber biológico, pela história e várias outras esferas que garantem a legitimidade de tais discursos, e, nas charges que aqui nos servirão como *corpus*, não poderia ser diferente, uma vez que estas têm por finalidade representar os pensamentos, ideologias e discursos de uma determinada época. Para Foucault (1996, p. 17), “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas”, e a recondução dessa vontade de verdade se dá também pela forma com que os saberes ligados a ela são aplicados em uma sociedade. Essa vontade de dizer a verdade encontra-se intrinsecamente, portanto, ligada às relações de poder e são efetivadas a partir delas.

[...] o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? (FOUCAULT, 1996, p. 19-20)

O exercício do poder constitui-se pelo modo de ação de uns sobre outros de forma que, para que as relações de poder sejam efetivadas, necessita-se de um outro sujeito que resista a ele, e quanto maior for a resistência, maior será a força com que o poder daquele que domina tentará se mater. Com o patriarcado não seria diferente, incute-se, há séculos,

uma soberania do homem que se apresenta por várias vezes ameaçada e se nega à mulher a existência como sujeito como forma de manter o exercício do poder.

Além disso, “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade” (FOUCAULT, 1997, p. 101). Portanto, temos, então, que todos os discursos que, suportados por saberes diversos imputam ao sujeito discursivo mulher uma inferioridade em relação ao sujeito homem, socialmente ou como o “sexo frágil”, estão permeados por uma vontade de verdade e se encontram efetivadas nas relações de poder, e a repetição destes discursos no decorrer dos anos e dos séculos ocorre para dar continuidade a essa sociedade patriarcal.

A concepção de mulher como “sexo frágil” e outros vários discursos que versam sobre o sujeito mulher, que serão tratados no decorrer deste trabalho, trazem à tona reflexões sobre como o simples fator “nascer mulher” é concebido pela sociedade e qual peso isso tem para todos. O fato é que, de várias formas e em vários tempos, há uma relação de poder entre os sexos, que determina, por meio do patriarcalismo, que a mulher “deve” se submeter ao homem e ser submissa, e essa valoração do homem se dá através dos discursos disseminados socialmente, haja vista que os discursos que permeiam e validam o machismo perpassam por várias esferas do conhecimento, além de terem sua efetivação através das relações de poder entre os gêneros. Mesmo com o passar dos séculos, os discursos que se apoiam em justificativas biológicas ou sociais continuam sendo disseminados e validados, e tais discursos surgiram em uma sociedade muito anterior à nossa, contudo a repetição destes enunciados carrega consigo uma memória discursiva que contribui para o caráter de “discurso verdadeiro” dos mesmos.

CAPÍTULO III

A MULHER NA LUTA PELOS SEUS DIREITOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo, faremos uma breve contextualização histórica, para que durante as análises possamos definir as condições de produção que possibilitam a emergência dos enunciados nas charges que compõem o *corpus* desta pesquisa, acerca da história das mulheres na sociedade, sendo que a divisão do referido capítulo será feita em quatro tópicos: o primeiro, tratará da instauração da mulher como “sexo frágil” e da conceituação, mesmo que brevemente, dos conceitos de misoginia, patriarcado e feminismo, e os demais versarão, ainda que como um vislumbre, sobre questões históricas que permearam as lutas das mulheres, questões essas que estão sendo contempladas no *corpus* desta pesquisa, sendo que, no segundo tópico trataremos da luta pelo direito ao voto no século XIX – sufragismo –. No terceiro versaremos sobre as questões que dizem respeito à luta pelo direito ao trabalho igualitário no século XX e, por fim, o tema da igualdade de gênero do século XXI, comporá o quarto, e último, tópico deste capítulo.

Tal contextualização se faz indispensável uma vez que, para o tratamento adequado do *corpus*, é de absoluta importância pensar os discursos, os momentos históricos e como figura a sociedade para que, quando das análises, seja possível precisarmos o acontecimento discursivo de que elas tratam e quais as condições de possibilidade que permitiram a emergência dos enunciados analisados.

Não obstante, é necessário mencionar que os temas tratados neste capítulo não terão aprofundamento histórico, uma vez que faremos um breve apanhado da história das mulheres, visto que o objetivo desta pesquisa é, a partir da análise das relações de poder como meio de subjetivação do sujeito mulher e da observação de como os discursos emergem e possibilitam a constituição da subjetividade deste sujeito, discutir como o sujeito mulher é representado nas charges que possuem como temática a mulher lutando por seus direitos. Portanto, é fundamental destacar que concebemos este capítulo como forma de contextualização de uma historicidade que será mostrada e analisada a partir das charges, contudo não apresenta compromisso com a disciplina da história nem se atenta a fazer uma apresentação linear da história da luta das mulheres por seus direitos.

3.1 O sexo frágil

Muitos são os discursos que permeiam as relações sociais no que tange à relação entre os gêneros, há enunciados religiosos, biológicos, culturais dentre outros que versam sobre as mais abrangentes características que diferenciam os gêneros (masculino e feminino). Porém, é à luz de um saber biológico que se instaura a categorização do sujeito mulher como “o sexo frágil”, aquele que deve ser protegido e que não deve submeter-se aos espaços externos da sociedade, e, a partir disso, seu papel como sujeito social é definido e se exige que este papel seja cumprido. No entanto, esse saber biológico não define somente o papel do sujeito mulher na sociedade, mas também o do homem, já que, se à mulher era resguardado o espaço interno, restrito aos cuidados do lar, ao homem reserva-se o ambiente externo.

Esse tal “sexo frágil” é justificado através de diferenças biológicas inerentes a homens e mulheres, uma vez que, como afirma Beauvoir (2016a, p. 59):

As diferenciações propriamente sexuais superpõem-se na mulher singularidades que são, mais ou menos, consequências diretas delas. São ações hormonais que determinam seu soma. Em média, ela é menor que o homem, menos pesada, e seu esqueleto, mais frágil, a bacia mais larga, adaptada às funções da gestação e do parto; seu tecido conjuntivo fixa as gorduras e suas formas são mais arredondadas do que as do homem; a atitude geral é nitidamente diferente nos dois sexos.

Com isso, garante-se o estigma de que a mulher já nasce com um propósito, qual seja cuidar da casa e dos filhos, enquanto o homem, por suas avantajadas características biológicas, trabalha e se faz um ser social. Ainda para Beauvoir (2016a), a fêmea humana é o único mamífero que se revolta frente ao seu destino e, ao negar essa biologia, “afirma-se como indivíduo”; já para o homem, é dada a definição de que “ele é um ser que não é dado, que se faz o que é [ao contrário da mulher]” (BEAUVOIR, 2016a, p. 62).

No entanto, o biólogo Charbel Niño El-Hanni (1996) defende que

as diferenças podem não ser determinadas pela estrutura biológica de homens e mulheres, mas pelas redes de relações biológicas e socioculturais em que a identidade de homens e mulheres é constituída, e da qual a própria estrutura biológica é parte. A conclusão a que se pode chegar, portanto, é a de que a estrutura biológica, ao colocar-se em interação com os demais componentes dessas redes de relações, adquire novas propriedades, de modo que os fenômenos comportamentais de homens e mulheres não podem ser simplesmente reduzidos a uma determinação biológica. (EL-HANNI, 1996, p. 156)

Por conseguinte, o discurso acerca da inferioridade do sujeito mulher em relação ao homem, justificado por suas diferenças puramente biológicas dadas e interpretadas como um discurso verdadeiro, é um fato social e não puramente pertencente às disciplinas ligadas à ciência biológica. El-Hanni (1996) afirma, ainda, que homens e mulheres podem ser condicionados a uma atividade ou a outra, a um comportamento ou outro, já que, geneticamente, as diferenças entre os dois gêneros não lhes atribuiria características sociais distintas ou seriam suficientes para definir que mulheres nascem para um certo tipo de trabalho ou ambiente e homens para outros. Essa definição de diferenças biológicas é construída no âmbito social e reafirmada de forma que, discursivamente e no adentramento das relações de poder, tomam um caráter de discurso verdadeiro que se dissemina e se difunde nas sociedades contemporâneas. Assim como aduz Alves e Pitanguy (1991, p. 56):

Este reducionismo biológico camufla raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações sociais, e não de uma natureza imutável. O novo debate feminista demonstra que a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim, fruto de um processo histórico e, como tal, pode ser combatida e superada. Sendo História, e não natureza, é passível de transformação.

Tais características biológicas que asseguram a tratativa do ser mulher durante os anos não se encontram em suficiente número para que estabeleça essa relação de inferioridade através do sexo, entretanto o caráter hierárquico da sociedade se apoia nessas características biológicas para determinar essa subalternidade à mulher, tornando, assim, o corpo da mulher um fator que determina o espaço que é dado a ela na sociedade, e

[...] com o advento do patriarcado, o macho reivindica acemente sua posterioridade; ainda se é forçado a concordar em atribuir um papel à mulher na procriação, mas admite-se que ela não faz senão carregar e alimentar a semente viva: o pai é o único criador. (BEAUVOIR, 2016a, 35-36)

Historicamente, um discurso machista sobre o “sexo frágil”, que diminui a mulher como sujeito discursivo, vem se repetindo de forma contundente, o que credita status de verdade ao discurso da fragilidade do sexo feminino. O ser mulher, como já dito, é constituído historicamente, ao longo dos anos, como inferior ao sujeito homem, devendo ser subserviente a ele em vários aspectos, o que faz com que se torne intrínseco ao sujeito mulher a submissão aos homens, sendo eles pais, irmãos ou maridos. Para Beauvoir

(2016b, p. 11), “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualifica o feminino”.

Todavia, os discursos machistas não são enunciados apenas por homens, mas também por mulheres que são criadas a partir de uma sociedade culturalmente patriarcal que vive esses preceitos e os transferem de geração a geração. A partir disso, há a criação do termo misoginia, que seria qualquer forma de depreciação da mulher – ao contrário do machismo, que, pela palavra, está ligado ao “macho”, esta é praticada tanto por homens quanto por mulheres. A misoginia, então, na visão de Borges e outros (2013) é um fator primário da violência contra as mulheres, manifestada através de violência física ou moral, e até maneiras com as quais a sociedade impõe padrões estéticos e morais excessivos a essas mulheres classificam a sociedade ocidental moderna como culturalmente misógina.

No que tange ao duo feminismo-machismo, há muito deparamo-nos com essas duas palavras que, apesar de suas significações ímpares, discursivamente podem compreender uma mesma formação discursiva, uma vez que os discursos acerca destes temas estão ligados.

O discurso machista, que se arrasta por séculos em sua recorrência, algumas vezes se revela apenas como uma forma de inferiorizar as mulheres. Discursivamente, insere-se, nos discursos machistas, uma relação de poder que constitui saberes acerca dos sujeitos homem e mulher, objetiva-os e os subjetiva, no entanto, em qual ponto estas duas vertentes distanciaram-se tanto em suas “lutas” e suas narrativas? Quais contextos permeiam esses discursos?

Para que várias perguntas pertinentes a este estudo sejam respondidas é necessário que haja ao menos uma descrição da situação da mulher. Deste modo, Alves e Pitanguy (1991, p. 11), com vistas em uma afirmação de Platão, consideram que

Na Grécia a mulher ocupava posição equivalente à do escravo no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem esta realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos, teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho”.

Essas e outras concepções trazem à tona reflexões sobre como o sujeito mulher é concebido pela sociedade e qual peso isso tem para todos. Fato é que, de várias formas e

em vários tempos, há uma relação de poder entre os sexos em que a mulher “deve” submeter-se ao homem e ser submissa, e essa valoração do homem se dá através dos discursos disseminados socialmente. Historicamente, de acordo com Alves e Pitanguy (1991), a participação da mulher na sociedade com atividades extradomésticas só começa a acontecer em decorrência das guerras, uma vez que, na ausência dos homens, as mulheres tiveram uma grande participação nas forças de trabalho, porém, mesmo com a “permissão” do trabalho extradoméstico para as mulheres, elas só podiam fazê-lo para garantir a sobrevivência dos filhos e a manutenção da casa para a volta do marido.

Desde muito antes do século XIV já é possível notar como o machismo exerce influência na vida das mulheres; olhando um pouco mais à frente, a partir do século XVII, o feminismo como ato político ganha suas primeiras vozes e discursos e, com isso, o machismo começa a se caracterizar definitivamente como agressor e “castrador” das mulheres, mas, não somente, esses discursos machistas também operam em um dispositivo disciplinar que age sobre os corpos das mulheres, tornando-os úteis e dóceis em uma sociedade estruturalmente patriarcal. Finalmente, no século XIX, inicia-se o movimento conhecido como sufragista, caracterizando-se na luta do movimento feminista pelo direito ao voto e por melhores condições de trabalho. Já no século XX, mais precisamente a partir da década de 1960,

O feminino incorpora outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis –, questiona também raízes culturais destas desigualdades. Denuncia, desta forma, a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher, calcada em fatores biológicos. Questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia, que delega, ao homem, posição de mando. (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 54-55)

A partir destas novas frentes de lutas acontece a disseminação do que é o feminismo e o movimento começa a ganhar novas forças, em contrapartida, o machismo e sua agressividade também. As narrativas, mesmo as teóricas, têm, por sua vez, a delimitação de que o machismo se justifica pela “natureza”, já que, graças a ela, a mulher já nasce predestinada à inferioridade, e, mesmo em se tratando de história, não é difícil perceber que os discursos repetem-se desde o início dos tempos, colocando sempre em

foco um discurso machista que ronda a sociedade e constitui sujeitos há tanto tempo que, em certos casos, torna-se até difícil reconhecê-lo.

Desde os primórdios da sociedade há um esforço das mulheres na busca de seus direitos, no entanto, sempre houve uma determinação social das diferenças entre homens e mulheres que se justificavam pelos discursos religiosos e filosóficos que serviam para legitimar a inferioridade “natural” das mulheres. Para Tedeschi (2012, p. 123)

Esses discursos recorrentes exerceram influência decisiva na elaboração de códigos, leis e normas de conduta, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado [...] Assim, a desigualdade de gênero passa a ter um caráter universal, construído e reconstruído numa teia de significados produzidos por vários discursos, como a filosofia, a religião, a educação, o direito, etc. perpetuando-se através da história, e legitimando-se sob seu tempo.

Portanto, convencionou-se assim que caberia às mulheres o espaço privado, o lar, a maternidade, a incumbência da criação e educação dos filhos, a “fragilidade do sexo” e, ao homem, o espaço público, prover o alimento da família através do trabalho e decidir os rumos da humanidade. A história ensina-nos que as diferenças entre homens e mulheres dentro da sociedade são sinônimas de desigualdades. Assim, essa

diferenciação entre os sexos pressupõe a definição do que são as características que formam a identidade do masculino e do feminino. Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade. Esta visão binária do mundo e das relações de gênero identifica o masculino e o feminino como termos opostos, ainda que complementares: eles podem conviver um com o outro, mas nunca um no outro. Os atributos considerados femininos são positivos se encontrados em mulheres, mas desqualificam os homens que os possuem, o mesmo se dando com a masculinidade em relação às mulheres. Neste caso, a natureza explica a essência de cada sexo, e perverter esta distribuição de atributos é perverter a própria natureza, sempre sábia em suas “decisões”. (TORRÃO FILHO, 2005, p. 144)

Socialmente, validado por um saber biológico que versa acerca das características dos gêneros masculino e feminino, homens e mulheres já nascem com suas funções pré-estabelecidas por seus gêneros, portanto, levando em consideração essa distinção entre os gêneros, cada um deveria seguir aquilo que lhe foi destinado “pela natureza”, no nascimento, e, como efeito dos discursos que afirmam que o homem deveria reger o mundo, surge uma sociedade patriarcal, em que os homens elevaram-se ainda mais em

relação às mulheres, sendo postos como superiores biologicamente e, por isso, socialmente deveriam possuir o mesmo status.

Por estas razões a mulher permaneceu, por muitos séculos, distante do processo produtivo, das decisões sociais e da construção da história, e, nas palavras de Torrão Filho (2005, p. 131), mesmo quando reconhecida pela academia,

a história das mulheres passou a ser entendida muitas vezes como um assunto de mulheres, mais especificamente de feministas, ou como uma história que diz respeito aos aspectos privados da casa, da família, da reprodução e do sexo, em oposição ao que realmente importaria à história, que é o domínio público da existência. A guerra, a economia, a política e outros temas nobres não teriam assim nenhuma relação com as questões de gênero.

A partir do século XIX, as mulheres, efetivamente, começam a tomar consciência de seu papel no mundo e se inicia, então, uma luta feminista para a derrubada desses estereótipos, todavia as condições histórico-culturais inseridas na sociedade ao longo dos anos, tanto biológicas quanto culturais, acabaram por colocar a mulher sempre em posição de submissão ao homem, sendo que esta deveria cumprir com suas obrigações e de forma alguma poderia interferir nas esferas sociais, muito menos ter o poder de decisão em qualquer âmbito, com isso, essa sociedade patriarcal e misógina que se instaura também tem o poder de objetivar esse sujeito discursivo mulher.

3.2 A luta pelo direito ao voto no século XIX

O movimento feminista, ao longo dos últimos séculos, configurou-se como uma manifestação social de caráter transformador na luta por direitos para as mulheres, submetidas, há muito tempo, às vontades masculinas e inferiorizadas pelo que a sociedade entende como a “fragilidade do sexo”. Em embate a tais discursos que as diminuem e as desvalorizam, as mulheres começaram a se posicionar e se revoltar contra a sua condição sócio-histórica.

De acordo com Alves e Pitanguy (1991, p. 7), “é difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo [...]. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias”. Ao longo destes muitos anos, observamos também um discurso machista acerca deste “sexo frágil”, que diminui a mulher e tende a torná-la culpada, quando ela, verdadeiramente, é a vítima. E essa realidade vem se repetindo ao longo dos anos de forma contundente e materializada, o

que, muitas vezes, acaba fazendo a sociedade acreditar no tal “sexo frágil”. Em linhas gerais, consoante Alves e Pitanguy (1991), o feminismo procura refazer a identidade dos gêneros (feminino e masculino) de forma que nem um nem outro tenha que se enquadrar em estigmas de hierarquia pré-estabelecidos apenas pela condição do seu sexo.

Quanto ao feminismo, pode-se afirmar, ainda, que

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista. (PINTO, 2003, p. 54)

Essa organização das mulheres inicia-se mesmo antes de Cristo, e durante toda a história das mulheres há alguns relatos de suas lutas para alcançar o seu lugar como sujeito de si na sociedade, todavia o patriarcado sempre fez seu papel de as silenciar, ainda que isso custasse suas vidas. Assim, de acordo com Pinto (2010, p. 15):

A Inquisição da Igreja Católica foi implacável com qualquer mulher que desafiasse os princípios por ela pregados como dogmas inofismáveis. Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragistas, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo.

Depois de muitas lutas, mortes e prisões de várias dessas mulheres que lutavam pelo direito ao voto, em 1862 as mulheres suecas conseguiram votar pela primeira vez, sucedidas, em 1893, pelas neozelandesas e, apenas em 1920, com a instauração do movimento sufragista, começou a se estender a conquista pelo voto, inicialmente no Reino Unido e, subsequentemente, mas não sem lutas, o direito ao voto foi sendo reivindicado e adquirido em outros países e continentes.

Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Uma vez atingido seu objetivo, esta prática de luta de massas estava fadada a desaparecer – as sufragistas. Há assim uma desmobilização das mulheres. Entretanto, o questionamento da sua discriminação

prossegue, incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher. (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 48)

Após a conquista do sufrágio, portanto, essa primeira onda feminista dissipa-se, dando lugar às outras várias lutas para que o sujeito mulher seja reconhecido como tal na sociedade. Procurou-se, a partir disso e cada vez mais, desmistificar a posição de sexo frágil que o sujeito ganha ainda nos primórdios da sociedade, as lutas passaram a ser por outros espaços sociais que não fosse apenas o restrito ao lar e ao cuidado da casa e dos filhos, intentando garantir a igualdade entre os gêneros nas diversas esferas da sociedade.

3.3 Direito ao trabalho século XX

Logo após a conquista do direito ao voto, seguem-se anos que as mulheres podiam, formalmente, votar e ser votadas, além de terem conseguido iniciar o exercício de trabalhos extradomésticos. Contudo, nota-se que tais trabalhos advieram da necessidade de liberar a mão de obra masculina para que estes lutassem nas guerras, com isso, economicamente, a mulher passa a assumir um espaço que até então não poderia ser dela.

Apesar do início do trabalho extradoméstico ter acontecido no final do século XIX, o trabalho feminino sempre foi menos remunerado que o do homem – ainda é – e, como aduz Alves e Pitanguy (1991), essa desvalorização provocou a insurgência de rivalidades dos homens contra as mulheres, visto que a competição trazida pela mulher acabou diminuindo também os salários dos homens. Em contrapartida, no século XIV, existiram corporações que adotaram a proibição a homens de empregarem mulheres que não fossem suas filhas ou esposas.

Porém, em consonância com Alves e Pitanguy (1991, p. 25),

com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à mulher o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens.

Assim como o discurso de “sexo frágil” que é disseminado socialmente há séculos, existem, por trás de todos os discursos sobre o ser mulher, formas de manutenção de uma cultura patriarcal que, apesar de ter seus argumentos sustentados por fatores inerentes a aspectos biológicos e outras áreas do saber, têm uma origem totalmente social,

encarregando-se de manter as relações de poder presentes nas interações entre os sujeitos homem e mulher.

O jornal *A razão*, por exemplo, em uma publicação de 29 de julho de 1919, apropria-se de discursos para defender que

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar.⁵

Publicações como esta eram bem comuns no início do século XX, com economistas, religiosos e médicos corroborando com o discurso de que a mulher fora do lar, trabalhando nas fábricas, seria um prelúdio ao fim dos casamentos e das famílias, embasando discursos de manutenção da família e de que o sujeito mulher deveria manter-se afastado do mundo dos negócios. Em vista disso, há, depois da guerra, um movimento de retorno das mulheres ao lar, mobilização esta contrária à expectativa de crescente aumento da presença das mulheres nas fábricas, e as mulheres, com isso, vão sendo progressivamente retiradas dos seus postos de trabalho.

[...] independente da classe social a que pertencessem, da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começava pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. (RAGO, 2017, p. 581-582)

O trabalho feminino fora do lar, então, passa a ser marginalizado, pautado em um forte moralismo, com discursos em defesa da família e da manutenção da mulher no lar, uma vez que o trabalho extradoméstico surrupiaria o tempo da mulher de dar atenção ao marido, aos filhos e à casa, degradando a família. O trabalho feminino, deste modo, começa a ser ligado a discursos acerca da sexualidade, como a prostituição e o adultério, entre outros. Como afirma Margareth Rago (2017, p. 588): “Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do cabaré⁶, o lar era valorizado como o ninho

⁵ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=129054&PagFis=1>. Acesso em: 10 abr. 2019. Edição 00949A.

⁶ A metáfora do cabaré diz respeito a todo espaço social externo ao lar, aplicando-se apenas às mulheres. Considera-se todos esses espaços, a rua, as fábricas, como associados à sexualidade e, por isso, a referência ao cabaré. Ver em: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar e a resistência anarquista*. Paz e Terra: São Paulo, 2014, 213p.

sagrado que abrigava a ‘rainha do lar’ e o ‘reizinho da família’”. Há uma forma sutil de controle disciplinar nessas práticas que, discursivamente, separam e dividem o espaço que deve ser ocupado por cada um dos sujeitos.

Os homens da ciência e da política desse período consideravam que as funções extradomésticas eram incompatíveis com a constituição biológica do sujeito mulher, estes mesmos homens que criaram estatutos e códigos de moral e ética que versam sobre o papel do sujeito mulher na sociedade: mulheres, portanto, não deveriam fumar fora de casa, frequentar bares ou boates, muito menos participar da política, e é apenas muitos séculos depois que a figura da “mulher pública” é desassociada da figura da prostituta.

[...] Historicamente, quando os homens procuram desenvolver sua carreira, sua dificuldade é menor devido a uma cultura patriarcal observada em nossa sociedade que põe obstáculos ao desenvolvimento profissional feminino. As mulheres, por outro lado, ainda encontram barreiras tanto naturais (filhos, família, cuidado com o lar...), como as impostas por organizações mais conservadoras. Porém, outro ponto importante é a mudança de comportamento da própria mulher que tem refletido transformação na sociedade. (APARICIO; MELO; OLIVEIRA, 2009, apud MARTINI; SOUZA, 2016, p. 4)

Mesmo com todas as lutas e conquistas femininas, o sujeito mulher ainda está atrelado ao lar, de forma que, ao mesmo tempo em que compete no mercado de trabalho, enfrenta distintas e diversas dificuldades, semelhantes as que enfrentavam as mulheres do século passado, e o discurso da família ainda é vigente, considerando que o (im)posto sobre casamento, filhos e cuidados com o lar ainda é determinante no mercado de trabalho, para as mulheres. Novamente o discurso sobre as características biológicas da mulher permanece disseminando-se, repetindo-se e se renovando, no processo de sua constituição como um sujeito dentro das relações de poder.

3.4 Igualdade de gênero no século XXI

Conforme já elucidado nos capítulos anteriores, a mulher, desde os primórdios, ocupa uma posição diferente da dos homens na sociedade, dessa forma há sempre uma diferenciação entre os gêneros. Enquanto o sujeito homem é dado como superior, o papel do ser mulher é o de submissão. O feminismo, como ato político, moveu suas lutas, durante os anos, para estabelecer a igualdade de direitos entre homens e mulheres – a luta pelo direito ao voto e a luta pelo direito ao trabalho extradoméstico que se alinhasse às mesmas diretrizes dos homens.

Por conseguinte, no século XXI muitos direitos foram conquistados, porém ainda é notável uma manutenção da superioridade do masculino sobre o feminino, apoiada pelo discurso da biologia e mantida pela cultura patriarcal, já que é ela que determina a inferioridade da mulher. Tal julgamento, assim como outros, funda-se em discursos de séculos anteriores, em que a mulher teria características biológicas que a tornaria inferior ao homem nos aspectos físicos e intelectuais, e justamente por isso se imputava à mulher o cuidado da casa e dos filhos, dado que esta não teria capacidade para trabalhos braçais, por ser fisicamente inferior, e nem para a tomada de decisões em sociedade, por ter o intelecto menos desenvolvido que o dos homens.

A mulher como sujeito discursivo, na maioria dos países, já tem assegurado o direito ao trabalho extradoméstico, mesmo assim não é difícil perceber que ainda existe uma separação do que seria trabalho “de homem” e trabalho “de mulher”, haja vista a grande desvalorização do trabalho feminino, em que, mesmo no exercício da mesma função, as mulheres ganham menos e são subjugadas a todo tempo.

Assim sendo, existe hoje uma luta particular do feminismo sobre a igualdade de gêneros, tentando a desmistificação do feminino e do masculino. Entretanto, há uma resistência na aceitação de novos padrões, já que a sociedade patriarcal ainda mantém uma variedade de discursos para que consiga manter-se em atividade, e, como já mencionado, este tipo de sociedade funciona à luz das relações de poder, portanto os enunciados que têm por função garantir a manutenção deste tipo de sociedade não o fazem apenas por ela, mas também para garantir a relação de poder existente entre os gêneros.

Percebemos que, para a manutenção do patriarcado e das relações de poder exercidas pelo homem, há a necessidade da disseminação de discurso sobre como o sujeito mulher deve ou não deve ser, qual a influência, na vida dos homens, do comportamento feminino e sobre como, na verdade, elas querem tornar-se homens. A efetivação destes discursos configura-se imperativa para manter a ordem e cada um em seu lugar, e há um efeito de sentido que reforça uma possível inversão dos valores e das posições sociais exercidas por cada um: da mesma forma que a mulher quer tornar-se um homem, o homem que aceita esse fato estará fadado a se tornar a mulher – afinal, tal papel, socialmente, tem de ser exercido por alguém.

Esses que tratam da inferioridade do sujeito mulher, através da sua repetição, são postos, então, como verdadeiros. Apesar da utilização dos aspectos biológicos como justificativa, a disseminação desses discursos ocorre através da sociedade, assim, não é a biologia que define a mulher como inferior, mas sim a necessidade de manutenção da

cultura patriarcal que incide sobre uma memória discursiva que alimenta e difunde os dizeres acerca da relação entre os gêneros.

Apesar da passagem dos anos e das longas lutas feministas e de suas várias conquistas, se considerarmos os cenários sociais do século XIX, por exemplo, ainda assim

cabe à mulher, definida como “naturalmente” dotada de características voltadas ao cuidado (carinho, amor, preocupação pelos outros), a responsabilidade de desenvolver esse ser racional, lógico, científico – o homem, naturalmente – por meio do processo de escolarização. O sujeito pensante, racional, é masculino. A mulher é apenas o seu outro, o “outro” da razão. A educação institucionalizada através da história tecida da tradição atribui à mulher esse papel contraditório: o de produzir o homem racional a partir de sua suposta – feminina – irracionalidade. (TEDESCHI, 2012, p. 112)

Deste modo, esse sujeito mulher ainda é condicionado às características socialmente imputadas como biológicas, e, além do trabalho extradoméstico, continua com a obrigação de todos os cuidados da casa, dos filhos e dos maridos, acumulando tarefas, o que demonstra que mesmo com todas as conquistas pela aparição desse sujeito mulher como relevante socialmente, a determinação de que ele ainda deve cumprir com suas obrigações sociais apenas por ter nascido mulher são as mesmas e se mantêm as relações de poder de forma quase que imutável, e a sociedade patriarcal ainda exige do ser mulher o cumprimento de suas tarefas domésticas, mantendo como absurdo e não natural qualquer tentativa de fuga a essas condições.

Quanto à situação da mulher frente à construção da história social, temos que

Entre trabalhos que colocam a ideia do crescente progresso da condição feminina e outros que se referem constantemente à desvalorização da mulher, não se encontra uma história relacional, que analise como são construídas as relações entre os dois sexos, incluindo a questão do poder. Colocação desta enquanto sujeito, enquanto um dos agentes que participam da construção dos momentos históricos, cotidianos ou excepcionais. A crítica do período mostra que as mulheres ainda não atingiram a zona nobre da história – as áreas da política e da economia – permanecendo às margens, ausentes nos estudos dos importantes processos aí desenvolvidos. (TEDESCHI, 2012, p. 109)

Atualmente, o sujeito mulher encontra-se situado socialmente de uma forma bem diferente do que era, por exemplo, a realidade do século XIX, entretanto, enquanto os homens sempre exerceram papéis sociais distintos das mulheres, papéis esses de prestígio, as mulheres ainda hoje lutam pela aproximação legal, social e cultural dos dois sujeitos.

Para se ter uma ideia da relação entre as posições sociais diretas do sujeito homem e mulher, segue, abaixo, um pequeno panorama de algumas conquistas femininas ao longo dos séculos:

- Em 1792, na Inglaterra, a mulher começa a exigir seu direito ao voto, e, nesse mesmo ano, Mary Wollstonecraft publica o livro intitulado *A reivindicação dos direitos da mulher*, em que defende a educação básica para as meninas⁷;
- Apenas em 1827, mais de trinta anos depois da publicação do livro de Mary Wollstonecraft, a primeira lei sobre educação para mulheres é proclamada no Brasil, mas restringindo o acesso aos anos iniciais;
- Em 1857, na cidade de Nova York, 129 operárias de uma indústria têxtil morrem queimadas em ação policial ao reivindicarem a redução da jornada de trabalho para 10h diárias, além da licença maternidade. Após esse episódio, o dia 8 de Março foi declarado como Dia Internacional da Mulher;
- Em 1862, durante eleições estaduais na Suécia, as mulheres votam pela primeira vez;
- Após a conquista de 1862, em 1869 é criada a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, nos Estados Unidos;
- Em 1879, mais de 50 anos depois da primeira lei sobre educação das mulheres no Brasil, as mulheres conseguem o direito de frequentar instituições de ensino superior, mesmo sob críticas da sociedade;
- Em 1887, Rita Lobato Velho forma-se como a primeira médica brasileira;
- Em 1915, no Brasil, a Caixa Econômica Federal institui novo regulamento que permitia a mulheres casadas ter seus próprios depósitos bancários, desde que fossem autorizadas pelos seus maridos;
- Em 1917, Deolinda Daltro, professora e fundadora do Partido Republicano Feminino, lidera passeata exigindo que o voto fosse estendido às mulheres;
- Em 1920, acontece, nos Estados Unidos, o movimento das sufragistas;
- Em 1923, as mulheres japonesas conquistam o direito de participar de academias de artes marciais, também sob a autorização do marido, pai ou homem diretamente responsável;

⁷ Ver em: <https://escolaeducacao.com.br/lutas-e-conquistas-das-mulheres/>.

- Em 1928, Juvenal Lamartine, governador potiguar, consegue alterar a lei eleitoral para dar direito de voto às mulheres, contudo esta conquista acabou anulada e, apenas em 1932, o Código Eleitoral Brasileiro é publicado dando direito ao voto para as mulheres;
- Em 1945, a Carta das Nações Unidas reconhece, em documento internacional, a igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- Em 1951, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprova a igualdade de remuneração entre homens e mulheres em funções iguais;
- Em 1961, como resultado da luta em defesa de uma das grandes pautas do movimento feminino, a liberdade sexual, é criada a primeira pílula anticoncepcional via oral;
- Em 1962, o Estatuto da Mulher Casada é aprovado no Brasil, resguardando que mulheres casadas não precisavam mais da autorização do marido para trabalhar fora de casa, além de afirmar o direito de requerer a guarda dos filhos na separação;
- Em 1974, quase 200 anos depois de datada a primeira reivindicação feminina pelo direito ao voto, Isabel Perón torna-se a primeira mulher presidente de uma nação, a Argentina;
- Em 1980, foi criado, no Brasil, em meio à criação de centros de autodefesa para coibir a violência contra a mulher, o lema “Quem ama, não mata”;
- Em 1983, Minas Gerais e São Paulo tornam-se os primeiros estados a criar conselhos estaduais da condição feminina para discutir políticas públicas. No mesmo ano, o Ministério da Saúde institui o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e Sally Ride torna-se a primeira mulher astronauta;
- Em 1985, foi criada a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, em São Paulo, além de ter sido aprovado o projeto de lei que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o intuito de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais;
- Em 1987, foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro;
- Em 1998, Benedita da Silva torna-se a primeira mulher a presidir uma sessão do Congresso Nacional;

- Em 2003, Marina Silva assume o Ministério do Meio Ambiente, primeira mulher, no Brasil, a ser chefe de um Ministério;
- Em 2005, Angela Merkel foi eleita a nova chanceler alemã, transformando-se na primeira mulher a ocupar o cargo, na história;
- Em 2006, no Brasil, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que aumentou o rigor nas punições em crimes contra a mulher. No mesmo ano, o Parlamento Paquistanês mudou a lei islâmica sobre o estupro, retirando-o das leis religiosas e o incluindo no código penal. Anteriormente, caso a mulher não apresentasse “quatro bons muçulmanos HOMENS” como testemunhas, seria acusada de adultério;
- Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil;
- Em 2015, foi sancionada a Lei do Feminicídio, colocando o assassinato de mulheres entre crimes hediondos.

Mesmo com a criação de leis, de conselhos e de delegacias para coibir a discriminação e violência contra a mulher, segundo dados do ANDES⁸ (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), em março de 2019 já se somavam mais de 200 mulheres mortas no Brasil por feminicídio, ocorrências em que, em 71% dos casos, o crime foi cometido por parceiros ou ex-parceiros.

No entanto, a luta feminina pela igualdade de direitos tem efeitos prósperos na inserção da mulher nos meios sociais, por que, mesmo tendo sempre existido, sócio-historicamente, a violência contra a mulher, é através de suas lutas que existe uma maior visibilidade dessa violência e uma atenção diferente no tratamento social dos gêneros.

Por Adrião, Toneli e Maluf (2011, p. 17 apud MARTINI; SOUZA, 2016, p. 4):

o ponto de partida de que havia uma diferença sexual para a qual se colocavam distinções, a saber, entre os homens – que possuíam o acesso ao mundo público e à cidadania – e aos demais sujeitos que se encontravam à margem dos processos decisórios.

Nota-se que a mulher era impedida de exercer sua categoria de cidadã, uma vez que não se envolvia nos processos sociais e históricos, todavia, com o início de suas lutas, essa realidade muda, mesmo que por estratégias econômicas, como a motivação da inserção da mulher no mercado de trabalho durante a guerra, e esse sujeito mulher então adentra a sociedade, podendo circular pelos mesmos espaços tidos, anteriormente, como

⁸ Ver em: <http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/numero-de-feminicidios-aumenta-em-20191>.

masculinos. Fato é que esse fator não retira a mulher do lar, pelo contrário, impõe a ela uma dupla jornada, já que os seus atributos de ser responsável pelo lar e pela criação das crianças ainda existem e são cobrados socialmente.

Ao longo da história das mulheres na sociedade, muitos fatores contribuíram para a transformação do núcleo familiar, a inserção dela no mercado de trabalho, sua escolaridade, pode-se então entender que, a estrutura da família transformou-se muito nas últimas décadas, porque aquela mulher do lar passou a ser da sociedade, entende-se hoje que alguns pontos foram negativos, filhos em creches, trabalho dobrado: casa e emprego. (MARTINI; SOUZA, 2016, p. 5)

Logo, a luta das mulheres pela igualdade de direitos continua existindo e está longe de findar. Os discursos sobre o sujeito mulher que a consideram inferior ao sujeito homem com base em suas características biológicas atravessam os séculos e continuam se ressignificando, operando um dispositivo de sexualidade, objetivando e subjetivando os sujeitos que se realizam a luz das relações de poder entre os gêneros. As questões dos gêneros desses dois sujeitos permanecem definindo-os como diferentes socialmente, culturalmente e biologicamente, trazendo consigo, em toda a sua historicidade, possibilidades para que os enunciados acerca dos sujeitos discursivos homem e mulher articulem-se na manutenção das relações de poder, definindo, assim, suas práticas, seus saberes e suas resistências.

Partiremos, agora, para o último capítulo desta pesquisa, que se ocupa da efetiva análise das charges escolhidas para compor o *corpus* deste trabalho. Nele, serão colocados em prática os conceitos que, operando conforme o critério da Análise do Discurso francesa, nos dão base para uma análise discursiva das charges, tomando-as como materialidade de discursos e estabelecendo relação entre a representação da mulher nas charges, as relações de poder que se inserem a partir desta representação, as resistências e as posições sujeito possíveis a partir do *corpus*, além de nos permitir operar os conceitos de memória discursiva e observar a relação entre discurso, história e memória que se efetivam a partir dos enunciados chargísticos.

CAPÍTULO IV

O DISCURSO MACHISTA NA REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO MULHER NAS CHARGES

Este capítulo tem como premissa demonstrar como as charges escolhidas para compor o *corpus* deste trabalho foram tomadas como objeto de análise. Com vistas em todos os pontos abordados nesta pesquisa e por esta estar fundamentada na análise do discurso de linha francesa, mais precisamente nos estudos arquegenealógicos foucaultianos, observaremos nas charges o modo como as relações de poder constituem os sujeitos mulher e homem, como o poder disciplinar incide sobre estes corpos e como a representação do sujeito mulher nas charges subjetivam-nas. Ao operacionalizar os conceitos já discutidos nos capítulos anteriores, buscamos a análise das charges no âmbito discursivo que se liga à história, objetivando e subjetivando os sujeitos de que elas tratam.

As charges, aqui observadas como materialidade dos discursos, foram selecionadas a partir da temática geral da representação da mulher na luta pelos seus direitos, portanto, todos os discursos chargísticos reunidos neste *corpus* têm como enfoque os discursos sobre as mulheres que lutam/lutavam por algum direito, que conquistaram esses direitos ou os obstáculos que podem ser enfrentados em sua luta por eles. Observaremos, então, como o discurso machista incide sobre o sujeito mulher nessas lutas, suas resistências e as práticas e estratégias que focalizam as relações de poder no processo de produção de subjetividades.

Vale ressaltar que nem todos os enunciados verbais presentes nas charges serão analisados, esta escolha será feita a partir da série enunciativa que estão contemplando, já que, em alguns casos, interessa-nos observar a figura imagética da mulher, enquanto em outros, os enunciados verbais presentes nas charges, e ainda mais, em outros, o conjunto de enunciados imagético e verbal que compõe o *corpus*. Para tanto, apresentaremos o *corpus* utilizando as seguintes legendas: Charge – para intitular, separar e enumerar as charges que compõem cada uma das séries enunciativas – e Enunciado Verbal (EV) – para tratar de forma separada os enunciados verbais e os imagéticos, porém cada enunciado verbal será numerado de acordo com a charge que compõe.

Separamos, então, nosso *corpus* em três séries enunciativas (SE) distintas, sendo elas: a) SE1: a masculinização do sujeito mulher; b) SE2: a inversão dos papéis masculinos e femininos e c) SE3: a inferioridade do sujeito mulher. Dentro destas séries enunciativas estão contempladas charges que abarcam três momentos históricos distintos, sendo eles a luta pelo direito ao voto feminino, a luta pelo direito igualitário ao trabalho

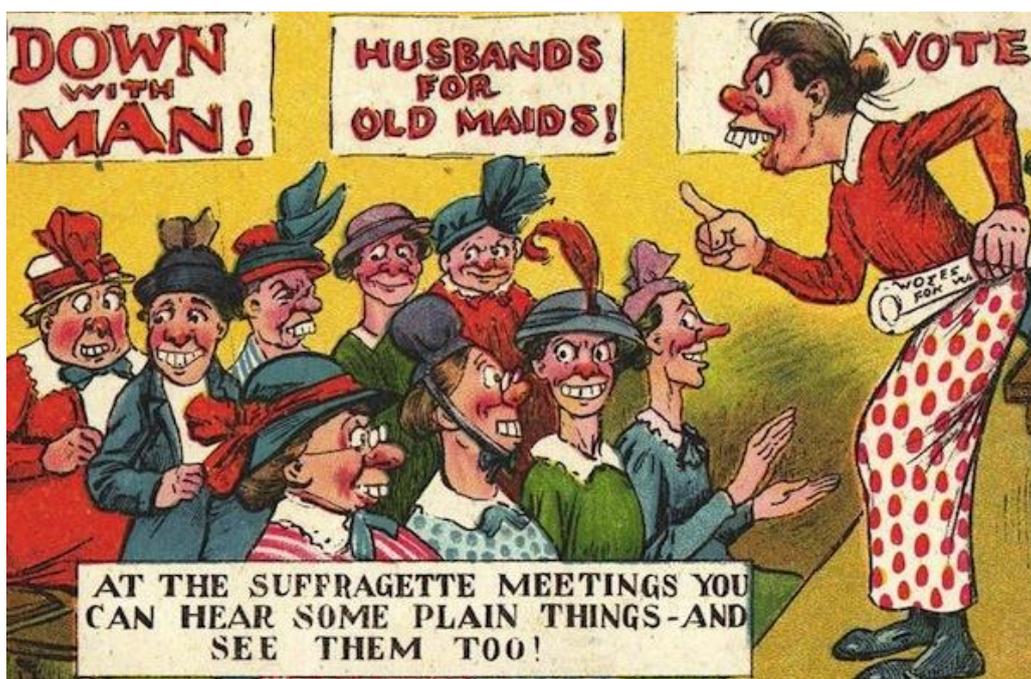
e a luta pela a igualdade de gêneros de forma mais ampla, entretanto, estes três acontecimentos discursivos não aparecerão em todas as séries enunciativas a partir do momento em que exploraremos as temáticas de cada série e não a época ou luta que representa separadamente.

O critério para escolha das charges foi sua temática central da representação do sujeito mulher na luta pelos seus direitos. Fundamentando nisso, a procura das charges foi realizada por meio de um site de busca com a utilização das palavras-chave “charge + lutas + feministas”, sendo, posteriormente, selecionadas as charges que abarcassem a temática central deste trabalho e, a partir da reunião deste material e observando as regularidades das charges que puderam ser recolhidas, tais foram divididas nas três séries enunciativas previamente mencionadas. Feitas essas considerações, passemos às análises.

4.1 A masculinização do sujeito mulher

A primeira charge selecionada para abordar o tema desta série enunciativa (*Charge 1*), apresentada a seguir, reflete a maneira como o discurso machista objetivava as mulheres em uma de suas primeiras lutas por seus direitos, e a forma como o sujeito mulher encontra-se apresentado fornece-nos a dimensão da representação feita desse sujeito mulher que se reunia e buscava seu espaço na sociedade.

Charge 1: Reunião das sufragistas



Fonte: All thats interesting

Assim, nesta charge, que se segue, estas mulheres que lutavam pelo direito ao voto aparecem reunidas, a líder usa calças com bolinhas e todas são representadas com narizes avermelhados e dentes avantajados, traços tais que carregam consigo indicativos de ira e descontrole, além de, caricaturalmente, serem representativos de palhaços, o que demonstra como as mulheres que lutavam pelo sufrágio feminino eram vistas socialmente, à época. Juntamente com a representação imagética caricatural do sujeito mulher, esta charge é composta também pelo recorte **EV1** – *Abaixo os homens!*, *Maridos para solteironas!* e *Na reunião das sufragistas é possível ver e ouvir coisas simples*, e é possível percebermos, que há uma contradição discursiva ali representada, a partir do momento em que um dos cartazes incluídos na charge traz os dizeres “*Abaixo os homens!*” imediatamente seguido de um outro que anuncia “*Maridos para solteironas!*”, demonstrando uma dualidade fundamental a que nos referiremos mais adiante.

Conforme pontua Soihet (2000), estas mulheres que lutavam pelo voto não tinham interesse em se casar, muito menos em serem mães, preferindo lutar pelo direito de “ser homem”, inclusive, as que já eram casadas, indubitavelmente, largariam seus filhos para se igualarem, comportamentalmente, aos homens, invertendo a ordem tida como natural. E, afinal de contas, qual homem vai querer uma mulher masculina como esposa? Para Soihet (2000), o homem que por algum motivo aceitasse essa condição estaria fadado à infelicidade, uma vez que a mulher, enquanto sujeito que socialmente cumpre um papel muito bem delimitado, que pretendesse sair do seu lugar social e assumir funções delegadas ao sujeito homem, deixaria de cuidar dos filhos e da casa como deveria ser feito de acordo com as normas sociais, relegando, então, ao homem estas obrigações ditas como femininas.

As sufragistas, socialmente, eram chamadas solteironas, e é aí que se estabelece a referida contradição dos discursos exibidos nesta primeira charge, pois, para a sociedade, estas mulheres não tinham o interesse em se casar, já que eram masculinizadas e se portavam de maneira incoerente com o padrão feminino imposto na época, entretanto, ao mesmo tempo, e ao lado do primeiro cartaz que anuncia “*Abaixo os homens!*”, há um segundo cartaz que contém os dizeres “*Maridos para solteironas!*”, aparecendo como se fosse, assim como o primeiro, uma das pautas da reunião destas mulheres. Este discurso confirma que se casar é inerente ao ser mulher, e, portanto, mesmo aquelas “encalhadas” tinham secretamente o desejo de encontrar um marido.

A *Charge 2* desta primeira série enunciativa, trazida abaixo, apresenta a mulher no início do século XX, em uma representação da figura feminina em uma perspectiva da conquista pelo direito ao voto.

Charge 2: Se a mulher votar



Fonte: All thats interesting

O discurso machista exibido na charge denota não só uma visão social e cultural do século XX, mas igualmente é reflexo do discurso histórico que se difundiu, tornando possível esta representação da mulher, visto que estes discursos levam em conta costumes passados entre gerações e que culminaram em uma sociedade patriarcal e misógina.

Não há apenas a representação, mas também a objetivação do sujeito mulher que luta pelo voto que ocorrem através destes discursos enunciados por sujeitos machistas e que, por meio da descrição da mulher caso conseguisse o direito ao voto, fazem as charges servirem como um alerta social, visto que, como afirma Sohiet (2000), nos discursos patriarcais que gerem essa sociedade, os homens não deveriam casar-se com uma mulher masculina e a conquista do direito ao voto feminino poderia ser um indicativo de que a mulher queria ocupar o espaço social até então oferecido apenas aos homens.

Ademais, a moda nos séculos XIX e XX apresenta-se como um reflexo das diferenças rígidas entre os gêneros na sociedade. Dessa forma, Frings (2012), acerca dos

manuais de moda do final do século XIX e início do século XX, afirma que os homens usavam calças, que, na época, eram vistas como sinônimo de dominação, enquanto as mulheres vestiam-se de acordo com seus estilos de vida mais limitados, basicamente caracterizados pela “obediência aos seus maridos e pais”, e, mesmo com a invenção da máquina de costura, apenas duas peças básicas compunham o guarda-roupa das mulheres: capas e saias armadas, o que pode ser percebido na *figura 1*⁹, apresentada abaixo.

Figura 1 - Marido e mulher no século XIX



Fonte: O mundo vestido

Assim, as roupas tornaram-se cada vez mais distintas entre os gêneros, e cada uma deveria valorizar e denotar, com cada vez mais intensidade, as diferenças existentes entre homens e mulheres.

Não só físicas, mas também simbólicas e ideais para a prática da sedução. Essa prática só pode ser realizada se for notável que os homens e mulheres não são iguais, pois um precisa chegar até o outro, já que o lirismo recorrente da época em questão traz a ideia de que ambos vivem em mundos diferentes. Para chamar a atenção do outro se faz necessário mudanças e cuidados com o vestuário e aparência. (RUEDA, 2013, s/p).

⁹ Disponível em: <https://omundovestido.wordpress.com/tag/seculo-xix/>

Figura 2 – Vestimentas masculinas do século XIX



Fonte: O mundo vestido

Logo, as vestes masculinas, representadas na *figura 2*¹⁰, eram compostas por ternos, com uma espécie de sobretudo, calças e chapéus que se assemelhavam a cartolas para eventos sociais e chapéus menores para o dia a dia. Já para as mulheres, a moda determinava que os vestidos eram mais adequados às damas, com saias armadas, muitos adornos e chapéus discretos, o uso do espartilho também era bem comum na época. Apenas no final do século XIX são criadas peças separadas para as mulheres, com blusas feitas sob medida para se adaptarem ao busto e aos ombros e saias que se adequavam mais facilmente aos quadris.

Ainda de acordo com Frings (2012), com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a moda para as mulheres sofre uma transformação devido à ausência dos homens e ao surgimento da necessidade de as mulheres trabalharem nas fábricas, e roupas com recortes aproximados aos dos ternos passam a compor, a partir daí, o guarda-roupa das mulheres. No entanto, ao final da guerra, como aduz Rago (2017), as mulheres são retiradas novamente dos seus postos de trabalho e retornam aos cuidados do lar; com isso,

¹⁰ Disponível em: <https://omundovestido.wordpress.com/tag/lipovetsky/>

a moda também se encaixa nesses parâmetros e, seguindo as tendências de Paris, depois da Revolução Industrial, os vestidos e saias voltam a fazer parte do vestuário feminino.

Por sua vez, um outro discurso que reafirma como as mulheres deveriam se vestir é o religioso. Em Deuterônimo 22:5, por exemplo, deparamo-nos com a seguinte passagem: “A mulher não usará roupas de homem, e o homem não usará roupas de mulher, pois o Senhor, o seu Deus, tem aversão por todo aquele que assim procede”.

Ambos os discursos, o da moda e o religioso, são apenas alguns dos que substanciam os discursos acerca das vestimentas de homens e mulheres, e esses discursos também corroboram para a diferenciação entre os seus espaços e os seus trabalhos.

Com isso, esta representação da mulher apresentada da *Charge 2* mostra-as masculinizadas e executando atividades ditas apenas masculinas, uma vez que, enquanto o homem cuida da casa, as mulheres estão conversando e jogando baralho. Essa representação reforça a ideia de que a mulher que conquistasse o direito ao voto tornaria-se, realmente, um homem – socialmente, ocupando o lugar deste – e, por esse motivo, vestir-se-ia com roupas mais masculinizadas, deixaria de lado seus trabalhos domésticos e se divertiria como apenas os homens podiam fazer, na época. Particularmente nesta charge, as mulheres não estão usando calças, porém usam versões “masculinas” das roupas femininas daquele momento; além disso, fazem uso de gravatas borboletas e chapéus com estilo mais próximo ao que os homens utilizavam. A mulher é objetivada através do corpo, de suas ações e vestimentas, e, ao contrário do expresso na *Charge 1*, elas não se reuniam para lutar e debater com a presença de uma líder, mas para se divertir, jogar cartas e conversar, ocupando, assim, o espaço social dito masculino, enquanto o homem ocupa o espaço reservado às mulheres. Deste modo, efetivamente a charge demonstra que tanto o sujeito homem quanto o sujeito mulher seriam ressignificados a partir do momento em que as mulheres pudessem votar, assim como na *Charge 3*, apresentada na próxima página.

Charge 3: A mulher masculina



Fonte: Earthly Mission

O discurso machista é defensor de uma masculinização da mulher que votava, sendo ela feminista/sufragista ou não, já que, para o sujeito machista, que se inscreve nestes discursos, a conquista do direito faria com que a mulher deixasse de ser mulher para se apropriar dos direitos sociais masculinos. Há aqui, portanto, uma objetivação do ser mulher, uma vez que, nesta terceira charge, não há uma suposição de como seriam as mulheres se pudessem votar, como a enunciada no **EV2** – *Quando as mulheres votam: dia de limpeza*, em que a representação é feita nos moldes de uma demonstração de como seriam ocupados os espaços depois da conquista do voto feminino, mas, sim, há uma representação de uma mulher que já pode votar e como esta figura feminina seria cotidianamente. Ainda, a *Charge 3* apresenta o enunciado **EV3** – *A mulher masculina*.

Ela é masculina dos sapatos até seu chapéu, casaco, coleiras, camisa dura e gravata. Ela usa calças na rua para fazê-la completa, mas ela sabe que a lei não vai suportar isso, sendo que, a partir disto, é construída uma verdade sobre o sujeito, subjetivando o sujeito nela representado, ao porte que, como reitera Fernandes (2012, p. 81), “os preceitos da moral, assim como as construções da verdade, do quão o sujeito intenta apoderar-se, são discursivamente mobilizados, e os discursos, em suas formas práticas, recrutam os sujeitos, possibilitando-se sua constituição”, essa subjetivação é exterior ao sujeito e aparece discursivamente posta nos enunciados que permeiam a produção dessa subjetividade.

As charges produzidas nesse momento histórico da luta das mulheres pelo direito ao voto desvelam discursos vários de uma sociedade, recorrem a uma memória discursiva, refletem as relações de poder existentes na sociedade a que se referem e corroboram com a criação de discursos verdadeiros acerca do sujeito mulher, como podemos observar adiante, na *Charge 4*, no enunciado **EV4** – *Nascimento e desenvolvimento de uma sufragista / Aos 15 uma garotinha / Aos 20 uma moça / Aos 40 não se casou ainda / Aos 50 sufragista*. Às mulheres que se tornam sufragistas também é dado um caráter de frustração quanto à sua condição de ser mulher, uma vez que as legendas fazem referência à mulher que, caso não se casasse até os quarenta anos, se tornaria uma sufragista.

Nos quadros que compõem esta *Charge 4*, de maneira sequenciada, tanto a figura da criança que brinca de bonecas quanto o rosto da jovem senhorita expressam ares felizes, enquanto a senhora, aos quarenta, apresenta um rosto de desespero por ainda não ter se casado e, ao se tornar sufragista, é referida por meio de feições raivosas. Seus traços, assim como na *Charge 1*, são avantajados e seu nariz avermelhado, e, do mesmo modo, as roupas são masculinizadas, para uma efetivação do estereótipo da mulher feminista amargurada e frustrada. De qualquer forma, ao fugir do que é dado pela sociedade, o sujeito mulher torna-se um ser diferente, alheio à sua própria realidade.

Charge 4: O desenvolvimento de uma sufragista



Fonte: All thats interesting

Durante o movimento sufragista, muitos eram os discursos antissufragistas da época, ressignificando e se apropriando de discursos religiosos, políticos e econômicos, com uma forte tentativa de re colocação da mulher no seu local social defendido pelos sujeitos machistas à vista da manutenção do patriarcalismo, como pode ser observado em uma carta escrita em 1911 por J. B. Sanford, senador da Califórnia, endereçada ao Secretário de Estado Frank Jordan, intitulada *Argumento contra o sufrágio feminino, 1911*, que se inicia com a afirmação: “O sufrágio não é um direito. É um privilégio que pode ou não ser concedido. A política não é lugar para as mulheres, conseqüentemente, o privilégio não deve ser concedido a ela”, depois segue

A influência da mãe é necessária em casa. **Ela pode fazer pouco bem ao andar pelas ruas e negligenciando seus filhos.** Que ela ensine às suas filhas que modéstia, paciência e gentileza são os encantos de uma mulher. Deixe-a ensinar a **seus filhos** que uma consciência honesta é primeira lei política de todo homem; que nenhum esplendor pode roubá-lo nem forçar justificar a rendição do direito mais simples de um

cidadão livre e independente. As mães deste país podem moldar os destinos da nação, mantendo-se em seus lugares e atendendo àqueles deveres que Deus Todo-Poderoso pretendia para eles. **A gentil influência da mãe em casa** e a influência digna do professor na escola **superam em muito toda a influência de todas as mulheres políticas masculinas na terra.** Os homens corajosos, **cavalheirados e viris e as mulheres femininas,** as verdadeiras mães e construtores de casas do país, se opõem a esta inovação na vida política americana¹¹. (SANFORD, 1911, s/p, tradução nossa, grifos nossos)

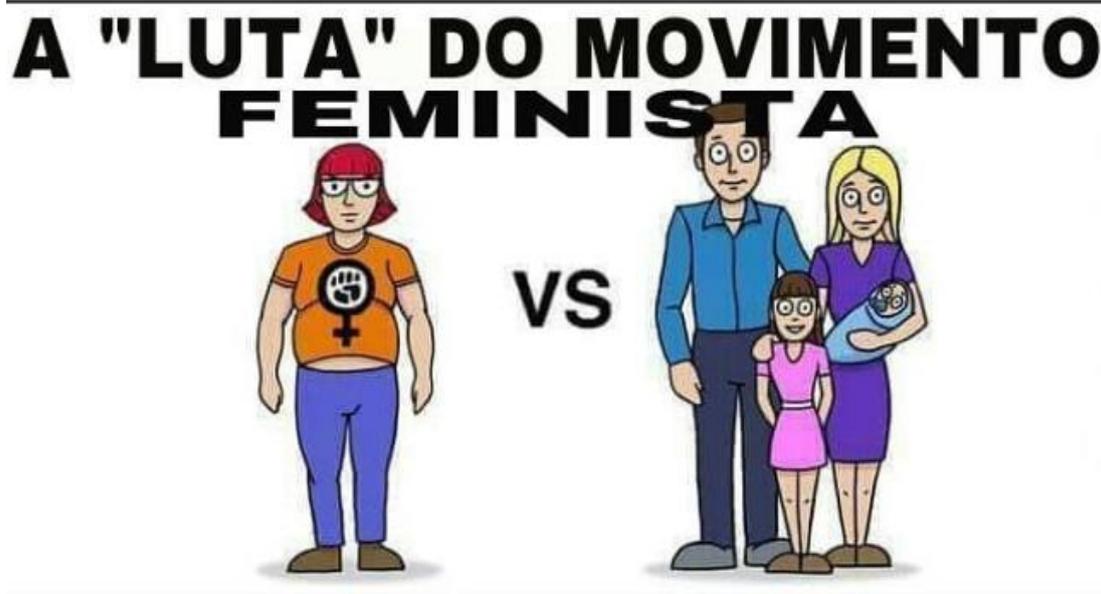
No que lhe dizem respeito, as charges fazem o papel de materializar os preceitos e ideologias da sociedade com nem mais nem menos rigor, reverberam os discursos de sujeitos machistas, defensores de um modelo de sociedade, e, com isso, o discurso chargístico nada mais faz que representar de formas mais caricaturais ou esdrúxulas as relações de poder entre os gêneros, mantendo, assim, a relação entre quem exerce o poder e quem é exercido por ele, em uma sociedade estruturalmente patriarcal.

A próxima charge, *Charge 5*, ocupa-se da representação da família em detrimento da mulher feminista, denotando disparidade entre um campo e outro: de acordo com essa representação, ou a mulher assume a posição de sujeito feminista ou ela se casa e tem filhos. Assim, retomando Soheit (2000), percebemos uma ressignificação do sujeito mulher que luta pelos seus direitos, e, novamente, esse sujeito se colocaria em resistência à sua condição de mulher que “naturalmente” deveria servir ao marido e se destinar aos afazeres domésticos. Resgatando o enunciado anterior, na *Charge 4*, há novamente, nesta quinta charge, a masculinização dessa mulher que luta por direitos, além da evidente e clara repetição do discurso “não seja feminista/sufragista!”.

Não por acaso a mulher feminista do século XXI, nas charges, apresenta características masculinas e é representada de uma forma negativa e subversiva aos padrões da sociedade, assim como a sufragista do século XIX, não só uma constatação do que seria ou não ser feminista, a *Charge 5*, disposta abaixo, denota uma clara crítica a quem não segue os padrões.

¹¹ Texto original: “Suffrage is not a right. It is a privilege that may or may not be granted. Politics is no place for a women consequently the privilege should not be granted to her. The mother's influence is needed in the home. She can do little good by gadding the streets and neglecting her children. Let her teach her daughters that modesty, patience, and gentleness are the charms of a women. Let her teach her sons that an honest conscience is every man's first political law; that no splendor can rob him nor no force justify the surrender of the simplest right of a free and independent citizen. The mothers of this country can shape the destinies of the nation by keeping in their places and attending to those duties that God Almighty intended for them. The kindly, gentle influence of the mother in the home and the dignified influence of the teacher in the school will far outweigh all the influence of all the mannish female politicians on earth. The courageous, chivalrous, and manly men and the womanly women, the real mothers and home builders of the country, are opposed to this innovation in American political life”.

Charge 5: O movimento feminista



Fonte: BuzzFeed

Ao utilizar a palavra “luta” entre aspas, a charge sugere que as mulheres que se denominam feminista e que luta pela igualdade de gênero, na verdade, nas realizações de sujeitos machistas, lutaria pela extinção da família e por uma masculinização da mulher.

A moda, assim como os diversos discursos – morais, éticos, religiosos – sobre o sujeito mulher, a tangencia e opera na disciplinarização dos corpos desse sujeito, sendo que tais discursos definem a posição da mulher perante o homem e imputam regras e leis que determinam sua utilidade dentro de uma sociedade

A disciplina faz “funcionar” um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a “física” do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos “corporal” por ser mais sabiamente “físico”. (FOUCAULT, 1987, p. 202)

O sujeito mulher, na manutenção de uma sociedade patriarcal, é cerceado de seu corpo e economicamente torna-se útil por meio do controle que pode ser exercido sobre ele, ao passo que é na luta pelos seus direitos, nas resistências possíveis dentro de uma relação de poder, que este sujeito mulher encontra formas para se tornar dono de si. Assim, este sujeito discursivo mulher subjetiva-se pelas lutas e torna possível ser objetivada de outras formas, tomando o controle destes discursos em que é percebida

como submissa ao homem para que dele, e nele, exerça sua resistência. Há um dispositivo de sexualidade, operado por um poder disciplinar, que rege estes corpos, utilizando-se dos manuais de moda para impor à mulher seu espaço e as regras que lhe cabem, sendo a moda, a moral e os costumes das sociedades, tanto nos séculos XIX e XX, quanto no século XXI, regidos por discursos de uma sociedade predominantemente patriarcal.

O que determina a condição de possibilidade de todos esses discursos de masculinização do sujeito mulher são, conseqüentemente, os vários outros discursos vigentes na sociedade, tais como religiosos, políticos e econômicos, juntamente com os momentos históricos em que emergem – durante o movimento sufragista, na luta pela igualdade de gênero e na luta pelo direito igualitário ao trabalho –, e que, associando-se a tantos outros discursos, objetivam esse sujeito mulher de que tratam e fazem sua representação com vistas nos preceitos de uma sociedade estruturalmente patriarcal. E, aliados à história da moda, por exemplo, tais discursos conseguem dispor de enunciados que mesmo em momentos históricos distintos individualizam, vigiam e disciplinam os corpos dos sujeitos de que tratam e, nas relações de poder que são instauradas a partir da discursivização do sujeito mulher, classificam e separam esse sujeito, uma vez que a mulher sufragista/feminista perde seu *status* de mulher, com características biológicas pré-determinadas socialmente, para se tornar uma mulher masculina, mais próxima dos homens na vestimenta e também em seu comportamento.

4.2 A inversão dos papéis

Ao passo que as charges vão sendo construídas acerca do sujeito mulher que lutava pelos seus direitos, muito mais que enunciados sobre a masculinização emergem, uma vez que todos os discursos que imputam à mulher o seu lugar na sociedade – o privado – vão sendo acionados e as relações de poder se tornando mais afoitas na disciplinarização destes corpos, e quanto mais há resistência desse sujeito, maiores são as forças exercidas no poder. O que move a economia, o bem estar da sociedade e regula o comportamento de cada um dos sujeitos é a pré-determinação dos lugares sociais que podem ser ocupados pelos homens e pelas mulheres, e a resistência feminina a todos estes discursos que normatizam o seu comportamento é, sem sombra de dúvidas, uma ameaça às estruturas sociais de cada época, conforme podemos verificar na charge a seguir

Charge 6: Se a mulher votar



Fonte: All thats intresting

E esta sociedade, por seu turno, configura-se misógina e patriarcal, uma vez que, conforme é possível perceber na *Charge 6*, um trabalho considerado socialmente normal para a mulher seria um absurdo para o homem, visto que as atividades domésticas são realizações para o sujeito do sexo feminino, e aquela mulher que não cumprisse com suas obrigações tal qual disposto tornar-se-ia menos mulher. Socialmente, principalmente nas charges que remontam às lutas das mulheres nos séculos XIX e XX, há uma marcação nada sutil em relação ao trabalho masculino e ao feminino: às mulheres é reservado o espaço interno, da casa, os cuidados com a família, e, aos homens, são destinados os espaços públicos, como reitera Perrot (2017)

[...] as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em

transgressão.” Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, 2017, p. 17)

O maior receio dos homens, portanto, nesta época, parece ser a inversão do papéis, posto que a sua masculinidade e o seu poder, socialmente imputados, não poderiam ser ameaçados. Em razão disso, apenas o vislumbre da cena de mulheres divertindo-se enquanto os homens teriam que fazer as atividades da casa servia como alerta e reforçava o discurso de que a mulher queria tornar-se o homem. Isso pode muito bem ser notado na *Charge 6*, que traz, ainda, um enunciado verbal, **EV6** – *Horas de trabalho do marido de 3 a.m. às 12 p.m. / Segunda-feira. Dia de lavagem – Terça. Costurar – Quarta. Limpeza da casa – Quinta. Esfregar – Sexta. Marketing – Sábado. Trabalho de qualquer tipo – Domingo. Mais trabalho*, disposto em forma de uma lista de atividades que o homem deveria cumprir, transferindo, assim, aos cuidados da figura masculina, todas as atividades referentes ao lar, exemplificando, também, uma crítica social ao demonstrar que o trabalho da mulher, mesmo sendo excessivo ao homem, deveria ser executado por ela, já que este era o papel que lhe cabia socialmente, uma vez que, se há a inversão de papéis e este seria o horário de trabalho do homem, subentende-se que este era o horário de trabalho normal imposto pela sociedade para a mulher.

Na charge que se segue, *Charge 7*, que reforça os enunciados da *Charge 6*, fica logo visível como seria categórica essa inversão dos papéis, que se fundamenta na situação de que, enquanto as mulheres jogam cartas, fumam e se divertem, o homem faz as atividades domésticas. Essa representação do comportamento da mulher a objetiva e serve também como alerta aos homens, uma vez que, como apresentado na *Charge 6*, quando as mulheres pudessem votar, elas tomariam integralmente o lugar dos homens e os homens seriam “as mulheres” da casa. As roupas, por sua vez, também refletem este comportamento “invertido”, uma vez que, no século nela representado – século XX –, a moda não propunha e, portanto, “não autorizava”, para as mulheres, as vestimentas em questão, como retratado previamente na **SE1**.

Charge 7: A casa de uma sufragista



Fonte: All thats intresting

Nos enunciados que compõem a *Charge 7, EV7 – A vida é uma maldita coisa após a outra.* / Como é uma casa sem uma sufragista, há um reforço à ideia de que todos os afazeres domésticos seriam deixados na conta do marido enquanto a mulher ocuparia o espaço público. A conquista do direito ao voto, portanto, garantia ao sujeito mulher também o direito a um espaço público que surrupiaria essa esposa do lar, promovendo, com isso, a destruição das famílias, a redução no número de casamentos, o aumento no índice de divórcios, além de ameaçar o futuro da sociedade, pois os filhos não teriam uma criação adequada. Ainda hoje esse discurso é recorrente, e a mulher, mesmo com seu trabalho que extrapola o doméstico, é cobrada pela criação exemplar dos filhos, logo, se alguma coisa está fora do lugar em casa, a culpa da destruição desse lar é dada apenas ao sujeito mulher. Essa “[...] casa sem uma sufragista”, do recorte acima, em que a mulher não poderia estar em casa por estar ocupando seu espaço social, é um ambiente negado

pela sociedade, sendo esse padrão refutado na busca pela manutenção das estruturas patriarcais.

As mulheres, pelo menos, guardarão ainda esse perfume da corte, esse estilo de vida mundano que cria a distinção. E por isso que seu eventual "trabalho" é recriminado; ele é sentido como um desconforto, a marca da decadência da família, uma vergonha social. As mulheres dessa classe tiveram de se esgueirar no mercado de trabalho, exclusivamente através dos serviços, ocupações adequadas à feminilidade. (PERROT, 2017, p. 159)

Da tentativa do sujeito mulher de ocupar esses espaços a que socialmente não pertencem é que se faz surgir uma enormidade de enunciados que reforçam o lugar da mulher. Tais charges, então, sustentam-se discursivamente pela enunciação de uma inversão dos papéis sociais, e a expressão de desespero dos homens apresentada nesta segunda série enunciativa – *Charges 6 a 10* – ajudam a reforçar o quanto “antinatural” e perigoso, na subversão das estruturas sociais, seria dar espaço às mulheres na rua: o legítimo fim da sociedade como ela é.

Charge 8: Dia de Eleição



Fonte: All thats Interesting

O acontecimento discursivo dado pelo movimento sufragista é, assim, perpassado por diversos discursos e, retomando a carta antissufragista de J. B. Sanford ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, em 1911, temos:

Os homens são capazes de administrar o governo e cuidar das mulheres. As mulheres precisam votar a fim de receber a proteção do homem? Ora, os homens foram para a guerra, suportaram cada privação e a morte em defesa da mulher. Para o homem, a mulher é a criatura mais querida da terra, e não há extremo para o qual ele não iria para sua mãe ou irmã. **Mantendo a mulher em sua posição exaltada, o homem pode ser induzido a fazer mais por ela do que poderia tendo-a misturando-se em assuntos que irão causar-lhe a perder o respeito e a estima por ela.** Mulher não tem que votar para garantir seus direitos. O homem irá a qualquer extremo para proteger e elevá-la agora. Enquanto **mulher é mulher e mantém seu lugar**, ela vai ter mais proteção e mais consideração do que o homem recebe. **Quando ela abdica seu trono, ela joga abaixo o cetro de seu poder e perde sua influência.** [...] As estatísticas mostram que, na maioria dos estados de sufrágio iguais, o Colorado particularmente, os divórcios aumentaram muito desde a adoção da emenda do sufrágio, **mostrando que tem sido um destruidor de casas. O crime também aumentou devido à falta das mães em casa. Mulher é mulher. Ela não pode se descontraír ou mudar de esfera. Deixe ela se contentar com seu muito e executar os altos deveres destinados a ela pelo Grande Criador**, e ela vai realizar muito mais em assuntos governamentais que ela jamais pode realizar misturando-se na piscina suja da política. **Mantenha a casa pura e tudo ficará bem com a República.** Não deixe que a santidade do lar seja invadida por qualquer pequeno político que esteja concorrendo por secretariados. **Deixe os homens viris e as mulheres femininas derrotarem a alteração e mantenha a mulher aonde ela pertence**, a fim de que ela possa manter o respeito de toda a humanidade.¹² (SANFORD, 1911, s/p, tradução nossa, grifos nossos)

Neste trecho da carta do senador J. B. Sanford, é evidente e claro o descontentamento político com a subversiva possível entrada das mulheres na política e

¹² Texto original: “The men are able to run the government and take care of the women. Do women have to vote in order to receive the protection of man? Why, men have gone to war, endured every privation and death itself in defense of woman. To man, woman is the dearest creature on earth, and there is no extreme to which he would not go for his mother or sister. By keeping woman in her exalted position man can be induced to do more for her than he could by having her mix up in affairs that will cause him to lose respect and regard for her. Woman does not have to vote to secure her rights. Man will go to any extreme to protect and elevate her now. As long as woman is woman and keeps her place she will get more protection and more consideration than man gets. When she abdicates her throne she throws down the scepter of her power and loses her influence. [...] statistics go to show that in most equal suffrage states, Colorado particularly, that divorces have greatly increased since the adoption of the equal suffrage amendment, showing that it has been a home destroyer. Crime has also increased due to lack of the mothers in the home. Woman is woman. She can not unsex herself or change her sphere. Let her be content with her lot and perform those high duties intended for her by the Great Creator, and she will accomplish far more in governmental affairs that she can ever accomplish by mixing up in the dirty pool of politics. Keep the home pure and all will be well with the Republic. Let not the sanctity of the home be invaded by every little politician that may be running up and down the highway for office. Let the manly men and the womanly women defeat this amendment and keep woman where she belongs in order that she may retain the respect of all mankind”.

o quanto seriam diversos os prejuízos por “não manter a casa pura”, sendo o papel social da mulher definido não apenas por suas características biológicas, por ser mulher, mas compete também ao seu destino, dado a elas pelo “Grande Criador”. Desse modo, a mudança do lugar do sujeito mulher na sociedade, além de inverter os papéis, fazendo com que os homens assumissem esse lugar previamente destinado à figura feminina, seria responsável pela destruição da sociedade.

De modo geral, essas charges produzem discursos que colocam o ser mulher sempre na tentativa de inversão de papéis. Há uma ressignificação do discurso referente aos papéis dos homens e das mulheres na sociedade que nos auxilia a pensar nas relações de poder existentes entre os gêneros: os enunciados presentes nas charges demonstram que não existe possibilidade aparente de igualdade de direitos, remontando que realizar atividades ligadas à casa é dado às mulheres por estas serem incapazes de assumir posições políticas, e, sendo assim, os afazeres domésticos seriam, além de uma atividade feminina, uma atividade que devesse ser realizada por seres inferiores. Logo, nessa sociedade patriarcal, não existe forma de os dois sujeitos ocuparem o mesmo lugar socialmente, sendo que, se as mulheres se ausentassem deste lugar, os homens seriam incumbidos dele. Assim, para a manutenção da sociedade e das relações de poder, um precisa exercer esse poder e o outro ser exercido por ele, há uma luta, então, para que os homens continuem a exercer esse poder, e às mulheres sobra a resistência. Dito isso, Perrot (2017) defende que o problema para os homens e para a manutenção da estrutura patriarcal dessa sociedade é a organização das mulheres, uma vez que

[...] quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: se manifestam na qualidade de mães, de donas-de-casa, de guardiãs dos víveres etc. Usam-se estereótipos para designá-las e qualificá-las. Os comissários de polícia falam de "megeiras" ou de "viragos" (mulheres de aspecto e atitudes masculinizadas) para designar as manifestantes, quase sempre taxadas de "histéricas" caso soltem o menor grito. A psicologia das multidões empresta a estas uma identidade feminina, suscetível de paixão, de nervosismo, de violência e mesmo de selvageria. (PERROT, 2017, p. 21)

O que podemos constatar com esses enunciados teóricos é que há uma determinação de como deve ser a esposa ideal, submissa e afeita apenas aos afazeres domésticos, e esses discursos são categoricamente disseminados não só no século XX, como também nos séculos anteriores e, ainda, no atual, há um resgate de enunciados que

recorre à memória discursiva dos sujeitos e incide diretamente na forma como o sujeito mulher é percebido socialmente, apoiando-se nas relações de poder para infligir à mulher uma submissão quase cega, tendo em vista que a cultura patriarcal faz com que as mulheres acreditem que essa forma de agir é o que se espera delas. Seu sexo, ao nascimento, a determina e ela se subjetiva a partir destes tantos discursos, afinal de contas, estes não formam apenas os sujeitos homens, perpassam também as mulheres e se ramificam na sociedade, sendo transferida entre gerações, impondo quais serão as preocupações e ocupações, tanto masculinas quanto femininas, além de imputar como ameaçadores à sociedade os questionamentos e tentativas de subverter esse jogo de poder.

Todos os discursos acerca das aptidões e obrigação da mulher perante a sociedade são reforçados, por exemplo, através de códigos civis de comportamento, como o Código Civil Brasileiro de 1916, que foi modificado em alguns dos seus termos apenas em 2002, e que nos ajuda a entender um pouco melhor a respeito de qual era o papel do homem e o da mulher na sociedade. A maior parte das alterações constantes no Código Civil de 2002 retira a palavra marido e homem e substitui por cônjuge ou pessoa, aplicando a lei tanto aos homens quanto às mulheres, além de suprimir as partes sobre as autorizações necessárias às mulheres. Seguem, abaixo, alguns excertos que versam sobre os papéis do marido e da mulher.

Lei nº 3.071/1916

Capítulo IV – Dos Prazos da Prescrição

VII – a ação do marido ou dos seus herdeiros, para anular atos da mulher, praticados sem o seu consentimento, ou ser o suprimento do juiz; contado o prazo do dia em que se dissolver a sociedade conjugal.

Capítulo VII – Do Mandato

Art. 1.299. A mulher casada não pode aceitar mandato sem autorização do marido.

Título VIII – Da Liquidação das Obrigações

Art. 1.548. A mulher agravada em sua honra tem direito a exigir do ofensor, se este não puder ou não quiser reparar o mal pelo casamento, um dote correspondente à sua própria condição e estado:

I – se, virgem e menor, for deflorada;

II – se, mulher honesta, for violentada, ou alterada por ameaças;

III – se for seduzida com promessas de casamento;

IV – se for raptada. (BRASIL, 2003, p. 57-58)

Neste, o artigo que trata dos prazos da prescrição defendia que a mulher poderia ter quaisquer atos anulados em que não houvesse consentimento do marido e existiria um prazo em que, mesmo após a dissolução do casamento, essa lei valeria; outro artigo afirma, ainda, que a mulher violentada sexualmente teria direito a receber financeiramente

como vítima apenas se o agressor não quisesse ou não pudesse se casar com ela, e, além disso, a lei só poderia ser aplicada se a mulher em questão fosse virgem, considerada uma mulher honesta, raptada ou ludibriada com promessas. Portanto, se fosse vontade do agressor firmar casamento com a vítima, essa vontade seria exercida com garantias legais. Em vistas disso, nota-se que a mulher não tinha direitos nem sobre seu próprio corpo, quando solteira ou depois de casada, e responderia sempre a seu marido, podendo ter suas ações anuladas caso não fosse do consentimento dele os seus atos.

Capítulo II – Dos Direitos e Deveres do Marido

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Compete-lhe:

I – a representação legal da família;

II – a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime.

Capítulo III – Dos Direitos e Deveres da Mulher

Art. 240. A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.

Parágrafo único. A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido.

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido:

II – alienar ou gravar de ônus real os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime de bens;

III – alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV – contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal.

Art. 243. A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve constar de instrumento público ou particular previamente autenticado.

Art. 244. Esta autorização é revogável a todo tempo, respeitadas os direitos de terceiros e os efeitos necessários dos atos iniciados.

Art. 245. A autorização marital pode suprir-se judicialmente:

I – nos casos do artigo 242, nos I a V;

II – nos casos do artigo 242, nos VII e VIII, se o marido não ministrar os meios de subsistência à mulher e aos filhos.

Parágrafo único. O suprimento judicial da autorização valida os atos da mulher, mas não obriga os bens próprios do marido.

Art. 247. Presume-se a mulher autorizada pelo marido:

I – para a compra, ainda a crédito, das coisas necessárias à economia doméstica;

II – para obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir;

III – para contrair as obrigações concernentes à indústria, ou profissão que exercer com autorização do marido, ou suprimento do juiz.

Art. 252. A falta, não suprida pelo juiz, de autorização do marido, quando necessária, invalidará o ato da mulher, podendo esta nulidade ser alegada pelo outro cônjuge, até dois anos depois de terminada a sociedade conjugal. Parágrafo único. A ratificação do marido, provada por instrumento público ou particular autenticado, revalida o ato.

(BRASIL, 2003, p. 433-435)

Ao marido, por sua vez, caberia ser o chefe da família, representá-la legalmente, e administrar os bens, inclusive os da mulher, e, à mulher, dentro desse casamento, cumpria-se o cargo de companheira e mantenedora da moral familiar. O Código Civil Brasileiro de 1916 ainda versa sobre as autorizações que a mulher deveria receber e que seriam realizadas pelo marido e apenas ao que concerne à casa, sendo que atividades financeiras ligadas à manutenção do lar eram possíveis sem uma autorização formal deste ou de um juiz.

Destarte, podemos afirmar que os discursos presentes nas charges, partindo de sujeitos machistas, só são possíveis a partir dos vários saberes, leis e normas criados acerca das diferenças biológicas, sociais e culturais de uma racionalidade histórica. São eles que sustentam esses discursos e dão efeitos de verdade, irrefutável, muito bem justificado através da história, para Foucault (2003):

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdades têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. (FOUCAULT, 2003, p. 229)

Não obstante, mesmo com a passagem de séculos e a evolução da sociedade em diversas esferas, os discursos criados sobre a inferioridade da mulher e as condições histórico-culturais que influenciaram estes discursos que circulam construíram sentido para tais enunciados, assim, mesmo com uma mudança da mentalidade social, os enunciados constantes nas charges aqui analisadas para representar a mulher continuam produzindo o mesmo efeito e disseminando o mesmo discurso do século passado.

Charge 9: Mulheres no mercado de trabalho



Fonte: Wordpress

Na *Charge 9*, notamos uma outra representação dessa inversão de papéis, como se, por trabalhar em alguma empresa, a mulher assumisse o papel do homem e o homem o papel da mulher. Inclusive, neste caso, há a inversão não só dos papéis, mas também dos enunciados dos quais os sujeitos representados nesta charge apropriam-se, reforçando, mais uma vez, que a mulher não fugiria a nenhuma característica dita, socialmente, como masculina.

No século XXI, ainda, acontece outra forma de masculinização, aquela em que a mulher, de certa forma, masculiniza-se para se adequar ao ambiente. Neste século, é notável que as relações se modificaram muito, mulheres comumente usam calças, o que é um fator não partilhado em séculos anteriores, por isso, dessa vez, há uma dupla masculinização, que se configura, também, através dessa “permissão” ao uso de certas vestimentas utilizadas atualmente por mulheres. Porém, mesmo com essa mudança nas vestimentas femininas, o homem ainda ocupa os espaços mais prestigiados e, na tentativa de buscar alcançar o mesmo respeito, a mulher, de certa forma, naturaliza essa masculinização. Em outra face, temos, ainda, a masculinização da mulher que é semelhante à de séculos atrás, aquela em que a mulher, ao se fazer presente em ambientes que normalmente são frequentados por homens, acaba sendo por eles masculinizada,

levando em conta que, socialmente, a mulher inserida em ambientes prioritariamente masculinos torna-se, da mesma forma, masculina.

Os discursos referentes ao sujeito mulher na sociedade foram se disseminando ao longo dos séculos, adquirindo status de discurso verdadeiro e se repetindo de maneira contundente, o que possibilitou a disseminação destes discursos atualmente. Como exemplo de tal, temos a charge que se segue, em que os sujeitos são representados de forma bem próxima ao que observamos na *Charge 6*, a mulher dando ordens ao homem e utilizando uma lista para determinar as atividades que devem ser cumpridas por ele.

Charge 10: Dia de Limpeza



Fonte: Pinterest

É possível notarmos que há uma regularidade em todas as charges que contemplam a **SE2**: a reprovação física e caricatural das figuras não femininas. Nas *Charges 6, 7 e 8*, as únicas com crianças representadas, além de estas serem todos bebês, eles estão incessantemente chorando, com semblante de descontentamento e desespero, ao passo que os homens/maridos, em todas as charges que compõem esta segunda série enunciativa, são também apresentados com semblante fechado, de desgosto, desagrado ou reprovação, sendo que, na *Charge 6*, a figura masculina possui uma característica muito retratada nas mulheres que compunham a charges da **SE1**, a saber o rosto e o nariz

avermelhados, sugerindo, caricaturalmente, fúria e descontrole, ao passo que, nela, as mulheres estão se divertindo, com semblantes calmos e tranquilos. Tal fato leva-nos a perceber, então, que há um descontentamento do sujeito homem em ter que executar os trabalhos domésticos, afinal, como afirma Rago (2017), este trabalho seria digno das mulheres, e os homens, por possuírem mais força e serem mais inteligentes, estariam desperdiçados se empregados em funções femininas.

Ainda, nas *Charges 6 e 10*, há uma semelhança muito grandes nas enunciações, mesmo se tratando de momentos históricos bem diferentes, já que a primeira faz referência ao sufrágismo, no século XX, e a segunda diz respeito à luta pela igualdade de direitos, no século XXI: as posições como sujeitos discursivos da mulher e do homem já não são as mesmas socialmente, entretanto os enunciados são rememorados, e, nas duas charges, estão elencadas listas de afazeres as quais os homens deveriam seguir e contemplar, em ambas o horário de trabalho masculino encerra-se à meia noite e as mulheres estão se divertindo.

Assim sendo, os enunciados presentes em todas as charges apresentadas acima denotam não só uma visão social e cultural, mas também é reflexo do discurso histórico que se difundiu, tornando possível esta representação da mulher, visto que estes discursos consideram costumes passados entre gerações e que culminaram em uma sociedade patriarcal e misógina.

Essa retomada dos discursos machistas que objetivam o sujeito mulher liga-se à história, já que “a história não pode ser desligada de suas condições sociais, políticas e culturais de produção. Por isso a escrita da história converge para uma operação de recortes da realidade, de maneira que os acontecimentos são sempre representação do real” (FERNANDES, 2012, p. 95). Ainda para Fernandes (2012), a combinação de diferentes discursos juntamente com a submissão dos mesmos a regras de produção são os organizadores de uma regularidade de sentido para a história.

4.3 A inferioridade do sujeito discursivo mulher em relação ao homem

Os discursos da inferioridade do sujeito mulher em relação ao homem configuram-se como um dos pilares da manutenção da sociedade patriarcal, os enunciados acerca do sujeito discursivo mulher apropriam-se do discurso religioso, dos códigos da moral, das características biológicas, e esses saberes e leis regem a relação de poder entre os gêneros. Este poder é inerente aos sujeitos e está sempre rondando as

sociedades, mas é através das estratégias de poder-saber que se firmam e se realizam nas sociedades. Não há forma de escapar a esse poder, a não ser pela resistência, uma vez que é ela que garante a movência dos discursos que regem essas relações.

Nas charges que nos serviram como recortes para analisar a masculinização do sujeito mulher e a inversão de papéis, os enunciados que as compõem ratificam os discursos sobre a inferioridade feminina em relação aos homens e vários são os discursos que a legitimam, e as condições de possibilidade para que esses enunciados emerjam fazem-se a partir da tomada do momento histórico como acontecimento discursivo, tendo como sustentação esses outros tantos discursos, como os familiares, religiosos e do direito. Dessa forma, entendemos que, assim como afirma Perrot (2017, p. 15-16):

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais.

As charges escolhidas para tratarmos da questão da inferioridade do sujeito mulher nessa sociedade patriarcal foram produzidas com base na luta das mulheres pela igualdade entre os gêneros; não figuram nestas charges, por exemplo, enunciados que se situam discursivamente à luz da luta das mulheres pelo voto, contudo os que aqui estão elencados são suficientes para que possamos observar como as relações de poder entre os gêneros funcionam nessa sociedade, como as práticas e as estratégias de poder estão postas, quais os efeitos de verdade destes discursos e a forma como as mulheres apresentadas no *corpus* são objetivadas e se subjetivam dentro dessa relação poder-saber.

Para tanto, a *Charge 11*, que se segue, representa a estrutura social em uma cultura patriarcal, sendo a mulher apresentada como base para tal estrutura, além de sustentar a posição dos homens que a constitui.

Charge 11: Estruturas Sociais



Fonte: Nações Unidas

Esse modelo de estrutura, tendo a mulher como sustentação da sociedade, não é novo, já que o sujeito mulher é aquele que sempre foi o responsável pela manutenção da família e por manter a ordem social, e ter a mulher assumindo o seu lugar considerado “natural”, o de ficar dentro de casa, sendo responsável pela boa manutenção deste espaço “interno”, ajuda na construção desse modelo de estrutura. A carta de J. B. Sanford tanto quanto os excertos de Deuterônimo e do Código Civil Brasileiro, anteriormente mencionados, são, por sua vez, documentos que atestam esse lugar da mulher nas estruturas sociais. Outro documento que podemos citar, aqui, é o pronunciamento do ex-presidente do Brasil, Michel Temer, em 2017, no Dia Internacional da Mulher, em que ele destaca:

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. **E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher.** (BRASIL, 2018, s/p, grifo nosso)

E esse posicionamento de alguém que participa efetivamente da política de um país, no cargo de presidente da nação, reforça os discursos sobre a posição de sustentadora da estrutura da sociedade destinados ao sujeito mulher, e, assim como as charges, não faz alusão apenas ao posicionamento de um sujeito, mas sim de uma sociedade. Não obstante, também como um exemplar, podemos destacar o pronunciamento do atual presidente do Brasil, igualmente realizado no Dia Internacional das Mulheres, em que Jair Bolsonaro salienta que

Está na bíblia também que a mulher sábia edifica o lar. Nós vivemos momentos de reflexão no Brasil, a própria eleição minha diz isso. Respeitando todas aquelas que porventura votaram no outro candidato ou tiveram outras opções, o que eu vejo de mais sagrado numa pátria, numa nação, é a unicidade familiar. A família é a célula da sociedade, uma família unida, uma família responsável, uma família com princípios e com valores edifica uma nação [...]. (PLANALTO, 2019, s/p)

Desta maneira, a mulher, assim como representada na *Charge 11*, é o sujeito responsável pela edificação de uma nação, por ser ela que, através do cuidado com a unidade familiar, pela manutenção da harmonia no lar e acertada educação dos filhos, consegue fazer com que esta nação seja próspera. Todavia, esse caráter de edificadora de uma nação dado ao sujeito mulher só se efetiva quando aplicado aos afazeres domésticos e na criação dos filhos, uma vez que, quando esse sujeito encontra-se, em sociedade, em um espaço externo e compõe um corpo social, as realizações sobre ele são amplamente modificadas. Como demonstração disso, temos a *Charge 12*, que se segue, em que um homem e uma mulher estão em um restaurante, brevemente às voltas com a escolha do cardápio da noite. Ei-la:

Charge 12: Dia das Mulheres

LA JOURNÉE DES FEMMES ÇA SE FÊTE



Fonte: Nações Unidas

Nesta charge, não há uma referência de que se trate de um casal, mas apenas um homem e uma mulher em um restaurante, apresentando, assim, um enunciado imagético que os coloca em uma mesma posição, duas pessoas sentadas à mesa. Apesar disso, o enunciado **EV12** – *Eu não sei nada sobre vinho... / Eu se... / Ok, vamos tomar um Bordeaux 2007* estrutura-se como uma desqualificação ao entendimento sobre vinhos da mulher, uma vez que, mesmo o homem afirmando não conhecer sobre vinhos, ele ignora a mulher, em vias de concluir a sua anúncio sobre ter ela conhecimento sobre a causa, e ele mesmo faz a escolha, verbalizada como uma sentença, impondo uma determinação a este sujeito mulher. O sujeito machista que se realiza através deste enunciado é possível por meio dos discursos que imputam a mulher inteligência ou domínio apenas do que se refere ao ambiente interno do lar. Em outros ambientes, portanto, mesmo no século XXI, o sujeito mulher é anulado e a relação de poder entre os gêneros impõe-se na submissão desse sujeito mulher. Deste modo, esse corpo feminino continua, nas charges, a ser docilizado e normatizado, não podendo se sobressair ao sujeito homem, e continua a se fazer útil apenas no que concerne ao lar.

A *Charge 13*, por sua vez, aborda a maneira com que o mercado de trabalho recebe os sujeitos homem e mulher. Ainda no século XX, a figura feminina conquistou o seu direito de exercer o trabalho extradoméstico, porém as suas atribuições no lar são mantidas e o que sucede é a acumulação das tarefas.

Charge 13: Busca pelo emprego



Fonte: Nações Unidas

Assim, há, nesta charge, justamente a representação dessa acumulação de tarefas, sendo a mulher ali representada por meio da incumbência de seu trabalho com o cuidado das crianças, a limpeza da casa, a feitura das compras para a manutenção da organicidade familiar, ao mesmo tempo em que também tenta competir em pé de igualdade com o homem na tratativa desta busca do trabalho remunerado. Contudo suas inúmeras atribuições seguem atreladas a uma história que as coloca como “naturalmente” inferiores ao homem, fazendo com que os degraus que ambos, homem e mulher, ocupam, nas escadas “para o progresso”, não sejam equivalentes. Associado a isso, ao empregador é dado o seguinte enunciado: **EV13** – *Procuero alguém ambicioso, que não perca tempo cuidando das crianças ou passando roupa*, o que já desqualifica a mulher para o trabalho pleiteado, já que, mesmo que o empregador não consiga ver, são exatamente estas características, as de alguém que também cuida das crianças e passa roupa, que ela carrega consigo, atrás do muro, enquanto o homem apresenta-se como livre de todos estes

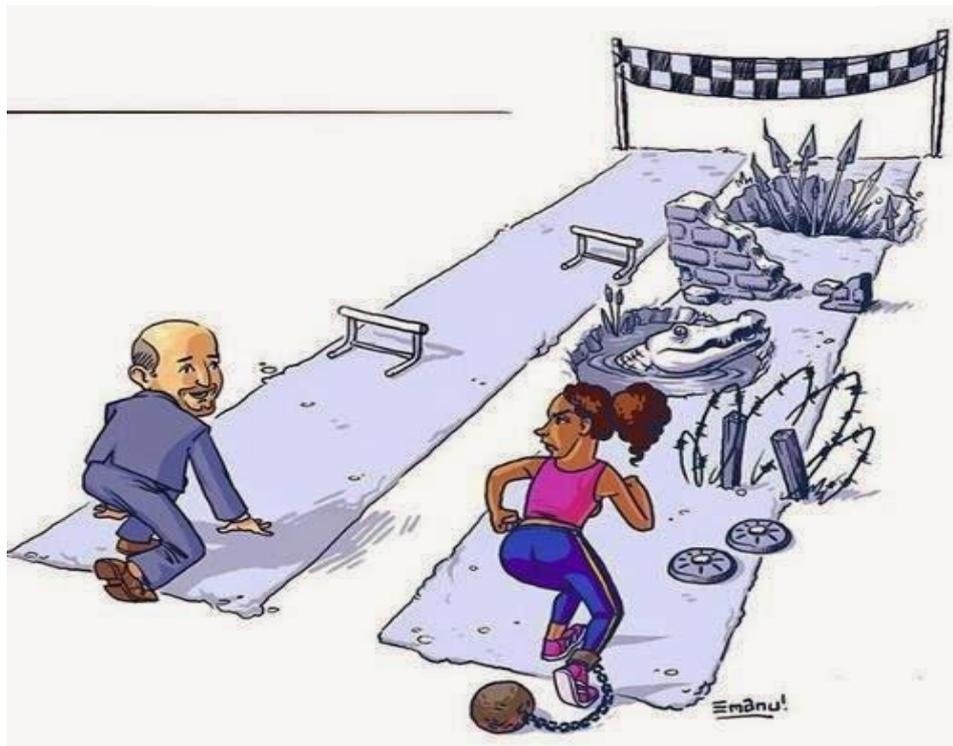
encargos, uma vez que, historicamente, tais atividades nunca foram atribuídas ao sujeito homem.

Utilizando mais um excerto do pronunciamento do ex-presidente Michel Temer, temos que

“[...] ao longo do tempo as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema. E hoje, como as mulheres participam intensamente de todos os debates, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor.” (BRASIL, 2018, s/p)

Neste excerto, é apresentada uma valoração das contribuições da mulher na sociedade, porém, nas palavras de Michel Temer, ninguém é melhor para lidar com a economia do lar do que a figura feminina, sendo que esta carrega atributos e habilidades suficientes para determinar flutuações econômicas, mas somente no que tange ao ambiente doméstico. Esse reforço aos enunciados da *Charge 13* deixa bem claro que, ainda hoje, as relações de poder entre os gêneros são presentes e fundamentais para a manutenção da sociedade patriarcal. A mulher que é objetivada a partir destes enunciados subjetiva-se através das relações de poder-saber que regem essa estrutura, historicamente e com a sistematização das estratégias de poder que sustentam essa relação. O assujeitamento do sujeito mulher a partir desses discursos torna-se presumível, uma vez que, com a força da história, do ressurgimento e da ressignificação dos vários enunciados sobre esse sujeito mulher é que este pode ser visto e representado dessa maneira. Ainda, a luta das mulheres tem grande contribuição na posição social que este sujeito pode alcançar hoje, entretanto os discursos históricos acerca desse sujeito ainda prevalecem, com tanta ou até com mais força que em séculos anteriores, posto que o sujeito mulher também se ressignifica através de suas lutas e a resistência dentro dessa relação de poder intensifica-se.

Charge 14: Linha de Chegada



Fonte: Blogspot

Nesta última charge que compõe o *corpus* deste trabalho, há a representação efetiva da forma como a sociedade coloca o sujeito mulher em relação ao homem: o ponto de partida, hoje, pode ser o mesmo, porém os obstáculos imbutidos no caminho da mulher são vários e provavelmente muito difíceis de serem vencidos. A *Charge 14* remonta, então, toda uma gama de enunciados sobre esse sujeito mulher, que, numa descontinuidade histórica, vê os mesmos discursos, sendo eles discursos religiosos, discursos que colocam suas características biológicas como pertencentes a um ser inferior, discursos higienistas, médicos, políticos, do direito, como entraves para a conquista efetiva da igualdade de gêneros.

Deste modo, é na resistência que a mulher torna-se transgressora dos preceitos da moral e “dos bons costumes”, reivindica o seu espaço social como sujeito discursivo e interfere sistematicamente nas relações de poder.

CONCLUSÃO

Não se restringindo ao sufragismo ou à luta pelo direito ao trabalho extradoméstico, as charges selecionadas para abordar o tema elucidado neste trabalho refletem a forma como, mesmo em momentos históricos diferentes, as repetições dos enunciados machistas e opressores são recorrentes e mostram como a disseminação destes enunciados faz-se de forma efetiva e eficaz mesmo no século XXI.

Fato é que essa disseminação, muito mais que uma forma de manter uma regulação da sociedade, tem por função a manutenção das relações de poder que a ela se firmam, com o homem exercendo esse poder em face do sujeito mulher. Mesmo com uma diferença histórico-temporal de dois séculos, as charges ilustram mulheres que querem apenas ocupar o lugar do homem desde o século XIX, nada tendo mudado: a partir da representação que é feita, aparentemente, o objetivo desse sujeito nunca foi conquistar direitos, tais como a mínima igualdade entre os gêneros ou o reconhecimento como sujeito independente que é capaz de se definir e não apenas seguir o que lhe foi determinado há séculos, mas, sim, que o verdadeiro propósito de todo o movimento feminista está sempre voltada em transformar as mulheres em homens.

Ademais, a representação do sujeito mulher fora dos padrões sociais de beleza reitera a ideia do que é ser uma feminista, tal como nas charges aqui apresentadas, em que as mulheres sufragistas ou as que lutavam pelo direito ao trabalho transformavam-se quase em monstros, além de se mostrarem alheias ao casamento e terem por única finalidade tomar o lugar dos homens na sociedade. Estes discursos representam um sujeito ímpar do que ele realmente deveria ser, induzindo àqueles que observam este discurso ao entendimento de que feministas agem como homens, querem vestir-se da mesma forma que eles, não se importam com suas famílias ou quem quer que seja alheio a elas mesmas e sobretudo são pessoas infelizes, já que a felicidade da mulher está em exercer seu papel primeiro – casar-se e ter filhos.

Os discursos chargísticos que representam esse sujeito mulher, dados como acontecimento discursivo, possibilitam ter uma visão clara de como a sociedade enxergava e enxerga, ainda hoje, o sujeito mulher. Não obstante as lutas e todas as conquistas, discursos acerca da inferioridade feminina são recorrentes, ressignificados, e encontram seu apoio em vários outros discursos que, por sua vez, dão permissão para que sujeitos machistas possam utilizar-se do discurso como forma de manutenção das relações de poder e de uma sociedade patriarcal. Assim sendo, os discursos religiosos, o da moral,

o da moda, os discursos de presidentes, que aqui foram citados, todos reforçam o caráter de verdade atrelado às diferenças que se ligam às questões de gênero.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre, et al. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, 71 p.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, 77 p.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. *Revista Artemis*. vol 1, dez 2004, 73 p. . Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/2363/2095>. Acesso em: 19 ago. 2017

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Vol.1: Fatos e Mitos*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 2016a, 309 p.

_____. *O segundo sexo. Vol.2: a experiência vivida*. Tradução Sérgio Millet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b, 557 p.

BERT, Jean-François. *Pensar com Michel Foucault*. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2013. 215 p.

BORGES, Zulmira Newlands; PERURENA, Fátima C. V; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; BULSING, Muriel. Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas. *Revista Latitude*, vol. 07, n 1, 2013, p 61-76.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-Estar Subjetividade*. v.7 n.2 Fortaleza set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. *Código civil quadro comparativo 1916/2002*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. 561 p. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/legislacao/Quadro-Comparativo-Codigo-Civil-1916.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Planalto Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher - Brasília/DF*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Planalto Presidência da República. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro em cerimônia alusiva ao Dia Internacional da Mulher - Brasília/DF*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o->

planalto/discursos/2019/copy_of_cerimonia-alusiva-ao-dia-internacional-da-mulher.
Acesso em: 3 mai. 2019.

BRUHNS, Heloisa Turini. Corpos femininos na relação com a cultura. In: E. Romero (Org.). *Corpo, Mulher e Sociedade*. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 71-98.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A Escrita da História: novas perspectivas*. SP: EDUNESP, 2011. p.7-38.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 236 p.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 31-119.

CONNELL, Raewyn. *Genêro em termos reais*. São Paulo: Nversos, 2016, 272 p.

DEL PRIORE. Mary. Magia e medicina na Colônia. *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. Mary Del Priori (Org). São Paulo: Contexto, 2017, p. 78 - 114.

DOSSE, François. Da história à memória. In: _____. DOSSE, F. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: editora UNESP, 2001 p.18-21.

EL-HANNI, Charbel Niño. Diferença entre homens e mulheres: biologia ou cultura? In: *Revista USP*, São Paulo, p. 149-160, març/maio 1996

FELDENS, Tatiana Cristina. *Estudo sobre as charges: o meio ambiente retratado pelo desenho na imprensa gaúcha*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso Comunicação Social: Jornalismo, PUCRS, Porto Alegre, 2017, 164 p.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008, 128 p.

_____. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012, 106 p.

FLÔRES, Onici. *A leitura da charge*. Canoas: Ulbra, 2002, p. 10-20.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Raquel Ramallete trad. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, 288p.

_____. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrera. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Alberto de O. Souza. Série Apontamentos nº29, Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1996, 79p.

_____. *Microfísica do Poder*. 11 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997. 174 p. Disponível em: <http://petletras.paginas.ufsc.br/files/2017/03/foucault-microfisica-do-poder.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade 1: vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999, 149 p.

_____. Poder e saber. In: _____. *Ditos e escritos IV*. Estratégia, poder-saber. 2 ed. Manoel Barros da Motta org. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 223-240.

_____. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, 321p.

_____. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Luiz Felipe Baeta Neves trad. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008, 244p.

_____. *A coragem da verdade*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011, 339p.

_____. *Subjetividade e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016, 306p.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, 286 p.

FRINGS, Gini Stephans. A evolução da moda. In: _____. *Moda: do conceito ao consumidor*. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012, p 3-35.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, vol.15, n.2, p. 65-80, 2005.

História das mulheres no Brasil. 10 ed. Mary Del Priori (Org). São Paulo: Contexto, 2017, 678p.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. *O funcionamento discursivo de charges políticas*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Escola de Educação, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, p. 84. 2000.

MARTINI, Méry Terezinha; SOUZA, Fernanda. *Mulher do século XXI: conquistas e desafios do lar ao lar*. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Mary-Terezinha-Martini.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MEAD, Margaret. *Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971.

MILLETT, Kate. *Política sexual*. Trad. Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Dom Quixote: Lisboa. 1970, 256 p.

NAVARRO, Pedro; BAZZA, Adéli Borton. Práticas de subjetivação em discursos de idosos. In: _____. FERNANDES JUNIOR, Antonio; STAFUZZA, Grenissa Bonvino (Orgs.). *Discursividades contemporâneas: política, corpo, diálogo*. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2017.

NERY, L. M. Caricatura: cartilha do mundo imediato. *Semear* (PUCRJ), Rio de Janeiro, v. 7, 2002, p. 127-144. Disponível em: http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_10.html. Acesso em: 20 set. 2018

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história*. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 1981.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni Pulccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, 519 p.

_____. *Minha história das mulheres*. 2 ed. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007, 190 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

PILLA, Armando; QUADROS, Cynthia Boos de. Charges: uma leitura orientada pela Análise do Discurso de linha francesa. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2009, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: INTERCOM, 2009, 15 p. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2082-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

PRADO FILHO, Kleber. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói, Santa Cruz do Sul*, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

_____. *A genealogia da ética como método de análise de subjetivações e práticas de si mesmo*. [2019- no prelo]

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, 218p.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. Mary Del Priori (Org). São Paulo: Contexto, 2017, p 578 - 606.

RUEDA, Paula. *Masculino X Feminino por Lipovetsky*.

Disponível em: <https://omundovestido.wordpress.com/2013/02/18/masculino-x-feminino-por-lipovetsky-parte-i/>. Acesso em: 5 abr. 2019

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3 ed. São Paulo: Edição Popular, 2013, 528p.

_____. *Gênero patriarcado violência*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 158p.

SANFORD, J. B. [carta]. Califórnia, 26 jun. 1911. *Argument Against Women's Suffrage, 1911*. Disponível em: <https://sfpl.org/pdf/libraries/main/sfhistory/suffrageagainst.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, 260p.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n 15, p. 97-11, Set/Out/Nov/Dez. 2000.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. Mary Del Priori (Org). São Paulo: Contexto, 2017, p 362 - 400.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: Editora UFGD, 2012, 144p.

TORRÃO FILHO, Amílcar et al. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, v. 24, p. 127-152, 2005.

Referências das charges

ALL THATS INTERESTING. *Charge 1*. Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/vintage-anti-suffrage-propaganda#20>. Acesso em: 10 jan. 2019

ALL THATS INTERESTING. *Charge 2*. Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/vintage-anti-suffrage-propaganda#7>. Acesso em: 10 jan. 2019

EARTHLY MISSION. *Charge 3*. Disponível em: <https://earthlymission.com/these-early-20th-century-propaganda-postcards-warn-against-the-dangers-of-womens-rights/> Acesso em: 10 jan. 2019.

ALL THATS INTERESTING. *Charge 4*. Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/vintage-anti-suffrage-propaganda#6>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUZZFEED. *Charge 5*. Disponível em:

<https://www.buzzfeed.com/br/clarissapassos/feminismo-nao-eh> Acesso em: 10 jan. 2019

ALL THATS INTERESTING. *Charge 6*. Disponível em:

<https://allthatsinteresting.com/vintage-anti-suffrage-propaganda#7>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ALL THATS INTERESTING. *Charge 7*. Disponível em:

<https://allthatsinteresting.com/vintage-anti-suffrage-propaganda#21>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ALL THATS INTERESTING. *Charge 8*. Disponível em:

<https://allthatsinteresting.com/vintage-anti-suffrage-propaganda#18>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WORDPRESS. *Charge 9*. Disponível em:

<https://malvados.wordpress.com/category/charge/page/10/>. Acesso em: 10 jan. 2019

PINTEREST. *Charge 10*. Disponível em: [https://lh4.googleusercontent.com/-](https://lh4.googleusercontent.com/-Zvyu0LXAdZE/TXbmHJPFMnI/AAAAAAAAADg/C2JDNvn9y3o/s1600/charge_dia_internacional_da_mulher_thumb3.jpg)

[Zvyu0LXAdZE/TXbmHJPFMnI/AAAAAAAAADg/C2JDNvn9y3o/s1600/charge_dia_internacional_da_mulher_thumb3.jpg](https://lh4.googleusercontent.com/-Zvyu0LXAdZE/TXbmHJPFMnI/AAAAAAAAADg/C2JDNvn9y3o/s1600/charge_dia_internacional_da_mulher_thumb3.jpg). Acesso em: 10 jan. 2019

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Charge 11*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-e-cartunistas-divulgam-charges-para-criticar-desigualdades-de-genero/>.

Acesso em: 10 jan. 2019

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Charge 12*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-e-cartunistas-divulgam-charges-para-criticar-desigualdades-de-genero/>.

Acesso em: 10 jan. 2019

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Charge 13*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-e-cartunistas-divulgam-charges-para-criticar-desigualdades-de-genero/>.

Acesso em: 10 jan. 2019

BLOGSPOT. *Charge 14*. Disponível em:

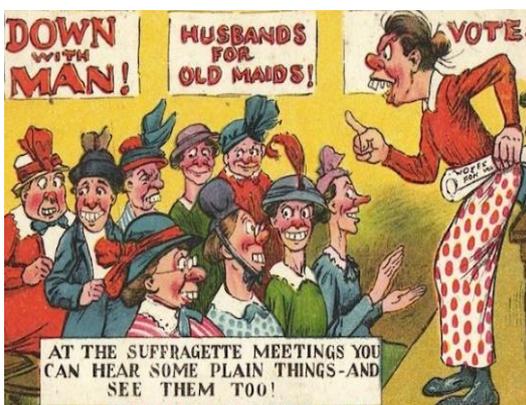
<https://suburbanodigital.blogspot.com/2019/04/charge-de-emanu-meritocracia.html>
Acesso em: 10 jan. 2019

ANEXOS

A seguir, apresentaremos as charges selecionadas, explicitando os enunciados verbais e imagéticos que nos servirão para que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados.

SE1: A masculinização do sujeito mulher

SE1– Charge 1 – Reunião das sufragistas



EV1¹³ – (“Down with man!” / “Husbands for old maids!” / “At the suffragette meetings you can hear some plain things – and see them too!”) – Abaixo os homens! / Maridos para solteironas! / Na reunião das sufragistas é possível ver e ouvir coisas simples.

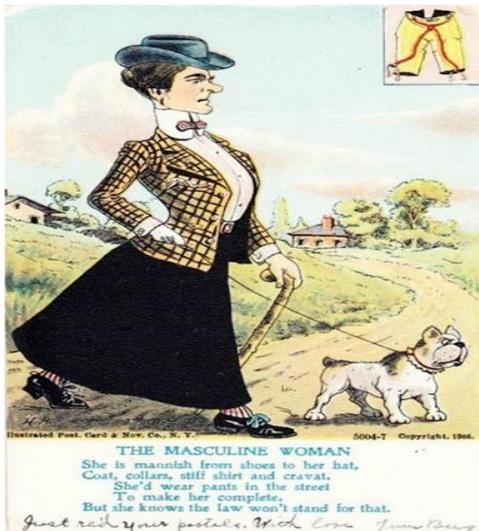
SE1 – Charge 2 – Se a mulher votar



EV2 – (“When women vote: washing day”) – Quando a mulher votar: dia da limpeza.

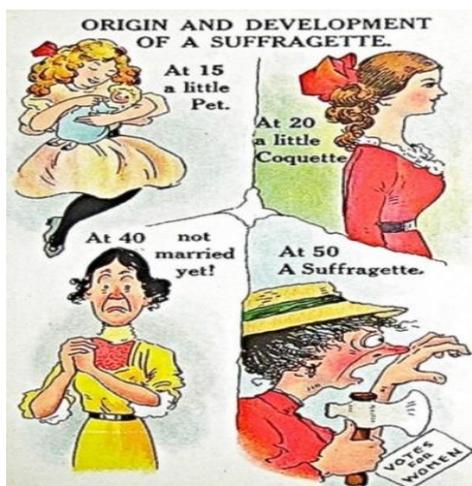
¹³ Tradução nossa.

SE1 – Charge 3 – A mulher masculina



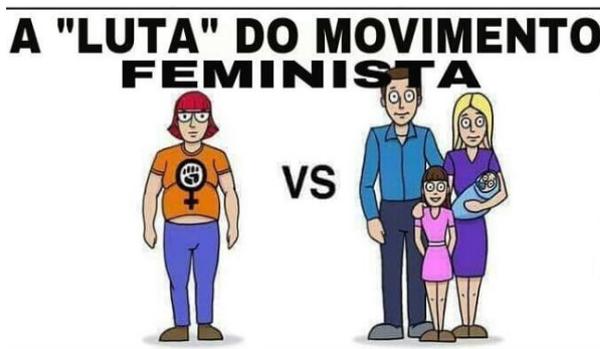
EV3 – (“The masculine woman. She is mannish from shoes to her hat, coat, collars, stiff shirt and cravat. She’d wear pants in the street to make her complete. But she knows the law won’t stand for that.”) – A mulher masculina. Ela é masculina dos sapatos até seu chapéu, casaco, coleiras, camisa dura e gravata. Ela usa calças na rua para fazê-la completa. Mas ela sabe que a lei não vai suportar isso.

SE1 – Charge 4 – Desenvolvimento de uma sufragista



EV4 – (“Origin and development of a suffragette” / “At 15 a little Pet” / “At 20 a little coquete” / “At 40 not married yet!” / “At 50 suffragette.”) – Nascimento e desenvolvimento de uma sufragista / Aos 15 uma garotinha / Aos 20 uma moça / Aos 40 não se casou ainda! / Aos 50 uma sufragista.

SE1 – Charge 5 – O movimento feminista



SE2: Inversão dos papéis

SE2 – Charge 6 – Se a mulher votar



EV6 – (“When women vote: washing day”/ “Note to fathers: wash your shirts with sud’s soap”) – Quando a mulher votar: dia da limpeza / Nota para os pais: lavar suas blusas com sabão *sud*.

(“Husbands working hours 3 a.m. to 12 p.m. / Monday. Washing Day – Tuesday. Darning – Wed. House Cleaning – Thurs. Scrubbing – Friday. Marketing – Sat. Work of any sort – Sun. More work”) – Horas de trabalho do marido de 3 a.m. às 12 p.m. / Segunda-feira.

Dia de lavagem – Terça. Costurar – Quarta. Limpeza da casa – Quinta. Esfregar – Sexta. Marketing – Sábado. Trabalho de qualquer tipo – Domingo. Mais trabalho. (“Yes! My old man is a lazy old wretch”) – Sim! Meu marido é um velho preguiçoso miserável.

SE2 – Charge 7 – A casa de uma sufragista



EV7 – (“Life is just one damn thing after another” / “What is home without a suffragette”) – A vida é uma maldita coisa após a outra. / Como é uma casa sem uma sufragista.

SE2 – Charge 8 – Dia de Eleição



SE2 – Charge 9 – Mulheres no mercado de trabalho



EV9 – Mulheres conquistam o mercado de trabalho.

“Você não me dá mais carinho...” / “Eu trabalho o dia inteiro, mas você só me cobra!!!”

SE2 – Charge 10 – Dia de limpeza



EV10: “Depois tem louça, passar a roupa, almoço, mercado, limpar a casa, jantar fora, cineminha...”

Ele pensa: “Chega meia-noite!”

SE3: A inferioridade do sujeito mulher em relação ao homem

SE3 – Charge 11 – Estruturas sociais



SE3 – Charge 12 – Dia das mulheres

LA JOURNÉE DES FEMMES ÇA SE FÊTE



EV12: (“La journée des femmes: ça se fête”) – Dia das mulheres: celebrando.

(“Je n’y connais rien en vin... / Moi si... / Bon, on va prendre un Bordeaux 2007”) – Eu não sei nada sobre vinho... / Eu se... / Ok, vamos tomar um Bordeaux 2007.

SE3 – Charge 13 – A busca pelo emprego



EV13: Hommes/Femmes: échelle des salaires. – Homens/Mulheres: escala de salários.

(“Je cherche quelqu’un d’ambitieux, qui ne perd pas son temps à s’occuper des gosses et faire le repassage”) – Procuo alguém ambicioso, que não perca tempo cuidando das crianças ou passando roupa.

SE3 – Charge 14 – Linha de chegada

